

DE MAXAMBOMBA A NOVA IGUAÇU (1833 – 90's):

economia e território em processo.

ADRIANNO OLIVEIRA RODRIGUES

DE MAXAMBOMBA A NOVA IGUAÇU (1833 – 90's):

economia e território em processo.

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz Alves Natal
Doutor em Política Econômica /
UNICAMP

Rio de Janeiro
2006

R696d Rodrigues, Adrianno Oliveira.
De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90's) : economia
e território em processo / Adrianno Oliveira Rodrigues. –
2006.

127 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Jorge Luiz Alves Natal.

Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e
Regional)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de
Janeiro, 2006.

Bibliografia: f. 121-127.

1. Nova Iguaçu (RJ) – Condições econômicas. 2. Auto-
nomia municipal – Nova Iguaçu (RJ). 3. Descentralização
administrativa – Nova Iguaçu (RJ). I. Natal, Jorge Luiz
Alves. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto
de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. III. Título.

CDD: 330.98153

ADRIANNO OLIVEIRA RODRIGUES

**DE MAXAMBOMBA A NOVA IGUAÇU (1833 – 90's):
economia e território em processo.**

Dissertação submetida ao corpo docente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em:

Prof. Jorge Luiz Alves Natal – Orientador
(Doutor em Política Econômica/UNICAMP)

Prof. Fania Fridman
(Doutora em Economia Política pela Universidade de Paris VIII)

Prof. Cezar Augusto Miranda Guedes
(Doutor EM Economia de Empresas pela Escola de
Administração de Empresas do estado de São Paulo
– EAESP/FGV)

*Taieté hoje é Paracambi
 A vizinha Japeri
 Um dia se chamou Belém (final do trem)
 E Magé, com a serra lá em riba
 Guia de Pacopaíba
 Um dia já foi também (tempo do Vintém)
 Deodoro também já foi Sapopemba
 Nova Iguaçu, Maxambomba
 Vila Estrela hoje é Mauá (Piabetá)
 Xerém e Imbariê, mas quem diria
 Até Duque de Caxias
 Foi Nossa Senhora do Pilar.*

Sapopemba e Maxambomba.
 Nei Lopes/Wilson Moreira.

“A Baixada Fluminense é um retrato em branco e preto do Brasil.(...) Começando pelo povo da Baixada: 60 a 70% da população são de raça negra. Esse povo descende da situação criminosa e vergonhosa que foi a escravidão no Brasil. A maioria ainda vive hoje não numa escravidão jurídica, mas numa escravidão de fato, que é a marginalização (...) A Baixada é também o espaço dos imigrantes, expulsos da terra. São os irmãos brasileiros que foram escorraçados do Nordeste e de outras regiões do país, que vem buscar um novo espaço de vida, e aqui sofrem novamente. Sem esse povo, a cidade maravilhosa não se explica, não se mantém de pé, não vive. E é nesse contexto de Brasil injusto que devemos compreender a Baixada Fluminense e sua população: um lugar conhecido pela violência. Mas é preciso entender, antes de tudo, que é um lugar que sofre, padece violência.

Dom Mauro Morelli (Arcebispo de Duque de Caxias) in Unicef/Educar, 1988, p.23.

Dedico este trabalho à meus pais e irmãos, que sempre estiveram ao meu lado e em memória de meu avô, Adelino Egídio de Oliveira, exemplo de vida e alegria...e de que onde quer que esteja, sempre me acompanha.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre um momento difícil tendo em vista a possibilidade de cometer injustiças. Ao longo desta dissertação contei com a ajuda, o estímulo e o carinho de diversos amigos, desta forma, gostaria de agradecer a todos eles.

Agradeço a Deus em todas suas formas de crença...(Jesus, Buda, Alah, Krisna) por estar sempre ao meu lado.

Aos meus pais, Dalva e José Armando, pelo empenho em dar educação aos seus filhos. Aos meus irmãos, Márcio e Marcelo, por segurarem a “onda” durante todo esse tempo de minha ausência, a vocês meus sinceros agradecimentos.

À minha “segunda” família em Nova Iguaçu, Sr. Gilberto, Silésia e Nathalie, obrigado por me darem suporte durante todo esse tempo.

Sou muito grato ao professor e orientador Jorge Natal, pela acolhida do trabalho quando ele ainda era uma grande incógnita e um emaranhado de idéias em minha cabeça. Obrigado por suas sugestões, críticas, pelo estímulo, pela liberdade de criação e pelo acesso ao seu conhecimento e experiência.

A todo corpo docente do IPPUR, em especial à professora Fania Fridman que mais de perto acompanhou minha pesquisa, pelos valorosos comentários e sugestões de pesquisas, pelos contatos e pelo carinho com que acolheu meu trabalho.

Ao professor Cezar Guedes, que desde a graduação me acompanha e pelo estímulo à pesquisa e exemplo de dedicação ao ensino.

Aos funcionários do IPPUR (Zuleika, Paulo César, Pedro, Bel, Vera, Josimar e cia.) pelo carinho com que sempre nos tratou. Ao pessoal da biblioteca Ana Lúcia e Luíza pela dedicação e presteza em nossas buscas pela biblioteca.

Agradeço também a fé e o apoio de meus amigos “cariocas”: Luis, Nádia, Letícia e Francisco Belmont, e também aos meus amigos “campineiros”: Robson e

Claudiana, esses em especial os responsáveis em me ajudar na escolha do IPPUR como opção, valeu!!!

Sou muito grato igualmente à Dalton Franco, auxiliar de pesquisa da Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego da prefeitura da cidade de Nova Iguaçu, pelos dados e pelas informações a mim confiadas.

Aos colegas da turma de mestrado por terem me proporcionado um ambiente profícuo de discussão, conversa, troca de dúvidas e estímulo ao debate, e por tornarem o mestrado mais prazeroso.

À Fabiane, minha companheira, pela paciência, estímulo e apoio constante, e por sempre acreditar em mim.

Ao CNPq pelo apoio financeiro dado a esta pesquisa, sem ele não teria conseguido.

LISTA DE SIGLAS

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional.

EFCB – Estrada de Ferro Central do Brasil.

ERJ – Estado do Rio de Janeiro.

FNM – Fábrica Nacional de Motores.

FASE – Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional.

FUNDREM – Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

FPM – Fundo de Participação dos Municípios.

IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

IPM – Índice de Participação dos Municípios.

IPP – Instituto Pereira Passos.

IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PIB – Produto Interno Bruto.

PNAD – Pesquisa Anual por Amostra a Domicílio.

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento.

RMRJ – Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

SM – Salário Mínimo.

VTI – Valor de Transformação Industrial.

VTP – Valor Total da Produção.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1– Distribuição da produção açucareira no Rio de Janeiro (1799).....	29
TABELA 2 – Produção exportável de café das principais regiões produtoras.....	33
TABELA 3 – Comparação dos dados relativos ao número de propriedades agrícolas no município de Nova Iguaçu entre 1920 e 1940.....	46
TABELA 4 - Produção de laranjas no período de 1941 a 1945.....	46
TABELA 5 – Número de loteamentos e de lotes aprovados por localização e década de aprovação (período 1940-1976).....	66
TABELA 6 – Distribuição da PEA na Baixada Fluminense no período 1940-1950.....	75
TABELA 7 – Dados gerais das atividades industriais no município de Nova Iguaçu, segundo gêneros da indústria.....	86
TABELA 8 - Estabelecimentos Comerciais e de serviços, segundo as regiões de governo e municípios. Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro 1997/1999.....	99
TABELA 9 - Estabelecimentos Industriais por classes, segundo as regiões de governo e municípios – Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro.....	101
TABELA 10 – Pessoas que residem em municípios da Região Metropolitana e trabalham ou estudam no município do Rio de Janeiro, segundo o município em que residem – 2000.....	117
TABELA 11 – Homicídios na Baixada Fluminense absolutos e por 100 mil habitantes.....	118

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1– Evolução populacional no município entre 1799 e 1950.....	43
GRÁFICO 2 – Evolução populacional do estado do Rio de Janeiro entre 1890 e 1950.....	43
GRÁFICO 3 – Taxa média geométrica de crescimento anual da população: Brasil, região sudeste e estado do Rio de Janeiro.....	80
GRÁFICO 4 - Participação das regiões no PIB 2001 com a capital e a plataforma continental.....	95
GRÁFICO 5 - PIB dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.....	96
GRÁFICO 6 – composição do PIB de Nova Iguaçu – 2000.....	98
GRÁFICO 7 – Principais fontes de receitas do município de Nova Iguaçu, 2001....	107
GRÁFICO 8 - Crescimento populacional nos municípios na última década Baixada Fluminense - RMRJ, 2000.....	119

LISTA DE MAPAS

MAPA 1– Crescimento físico de Nova Iguaçu entre 1922 e 1958.....	38
MAPA 2 – População do Rio de Janeiro: comparação entre Os recenseamentos de 1920 e 1940.....	45
MAPA 3 – Desmembramentos municipais ocorridos em Nova Iguaçu entre 1833 e 1947.....	55
MAPA 4 – Principais rodovias que compõem o eixo rodoviário de Nova Iguaçu.....	72
MAPA 5 – Desmembramentos municipais ocorridos em Nova Iguaçu entre 2000 e 2003.....	111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: ECONOMIA E TERRITÓRIO.....	22
1.1 A exploração comercial da cana-de-açúcar.....	27
1.2 O cultivo e a comercialização do café.....	31
1.3 O 'complexo' da laranja: um eldorado.....	40
1.4 A dinâmica populacional e espacial.....	51
CAPÍTULO 2 DA AGRICULTURA À INDÚSTRIA E À URBANIZAÇÃO.....	57
2.1 Da agricultura à indústria.....	59
2.2 Indústria, urbanização e metropolização.....	63
2.2.1 Crescimento industrial e urbanização no pós-Segunda Guerra Mundial.....	67
2.2.2 Industrialização e urbanização dos anos sessenta até a década de setenta.....	77
2.2.3 Industrialização e metropolização nos anos oitenta: avanços econômicos e agudização dos problemas sociais.....	83
CAPÍTULO 3 ECONOMIA E ESPAÇO NOS ANOS 90.....	92
3.1 Da indústria ao terciário.....	94
3.2 A Constituição de 1988 e o território.....	102
3.2.1 Implicações fragmentadoras.....	103
3.2.2 O fracionamento do território Iguaçuano pós-Constituição de 1988...109	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS.....	121

Resumo

O principal objetivo deste trabalho foi analisar as transformações histórico-econômicas no município de Nova Iguaçu entre 1833 e 1999, buscando evidenciar as principais causas que levaram a emancipações de grande parte dos distritos que compunham o território original. Desta forma, apresenta-se uma breve recuperação histórica destacando-se os principais ciclos econômicos vivenciados pelo município, analisando o comportamento econômico vis-à-vis o territorial. É dado destaque ao processo de ocupação do solo face à acelerada urbanização da região. Ademais, apresentamos uma breve caracterização dos distritos emancipados, bem como a atual situação administrativa-econômica do município em tela.

Abstract

The main objective of this work were analyze the historical-economic transformations in the municipal district of Nova Iguaçu between 1833 and 1999, looking for to evidence the main causes that took the emancipations of great part of the districts that composed the original territory. This way, it was exhibited comes a brief historical recovery standing out the main cycles economic that occurred for the municipal district, analyzing the economic behavior confront the territorial. Prominence is given to the occupation process of the soil face to the accelerated urbanization of the area. Besides presented brief characterization of the emancipated districts, as well as the current administrative-economic situation of the municipal district in analysis.

INTRODUÇÃO

O município de Nova Iguaçu, fundado no ano de 1833 às margens do rio que lhe deu nome, encontra-se localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro¹. Durante seu processo de formação urbano-econômica, Nova Iguaçu esteve sob influência direta do município-sede (M-S) do estado (Rio de Janeiro), ou seja, da ex-capital federal. Ao longo de sua história a cidade viu seu território fragmentar-se em outros sete municípios, todos eles de considerável importância econômica.

Dito isso, cabe desde logo, anotar que esta dissertação busca examinar, sem intenção de esgotar o assunto, a história econômica da região de Nova Iguaçu, procurando sublinhar as mudanças espaciais por ela experimentada ao longo do período em análise (partindo do primeiro quartel do século XIX até o último do século XX), tendo em vista a dinâmica econômica do município-sede. Além disso: A genealogia dos municípios brasileiros, bem como a fragmentação destes, dando origem a outros tantos municípios, são assuntos pouco explorados pelos cursos de Planejamento Urbano, uma vez que, são escassos os municípios contemplados com estudos detalhados sobre suas origens e, sobretudo, sobre suas histórias econômicas.

Ainda no plano acadêmico, a escolha de fazer uma dissertação sobre a região de Iguaçu foi reforçada pelo fato de que são escassos os trabalhos sobre a periferia do Rio de Janeiro, mesmo sendo esta uma região de importância estratégica para o desenvolvimento do estado, tanto por concentrar boa parte da população, quanto do PIB estadual.

Explicando mais detidamente. A dissertação procura evidenciar que o processo histórico de crescimento econômico da região gerou uma concentração de

¹ São municípios da RMRJ: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Marica, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

serviços, indústrias, comércio e, portanto, empregos no município em questão. Tal fato, por sua vez, gerou no seio dos grupos de lideranças de distritos, do outrora grande município iguaçuano, um certo tipo de “consciência” emancipacionista. Tais lideranças, assim sendo, buscaram na emancipação dos distritos um meio de, ao mesmo tempo, sanar problemas infra-estruturais, uma vez que a administração central não o fazia, e manter-se como liderança local, definindo desse modo uma nova área de influência/poder, através da criação de novos núcleos administrativos.

Inicialmente consideramos importante destacar que o âmbito da história do desenvolvimento econômico local não constitui espaço marginal ou mesmo de importância escassa, revelando-se, em verdade, de suma importância para o entendimento do atual contexto socioeconômico e espacial do estado do Rio de Janeiro. Outro ponto que deve ser destacado é que o processo de divisão político-administrativa do território constitui prática secular de administração territorial, e que, como processo, há ocasiões de maior e menor dinamismo, estando elas, vinculadas a uma série de fatores, dentre os quais poder-se-ia sublinhar o adensamento da população sobre o território e as estratégias geopolíticas de manutenção de poder no espaço.

A escolha do objeto tem como embasamento uma conjunção de fatores de ordem pessoal e acadêmica que merecem ser esclarecidos. No plano particular a primeira escolha foi de ordem espacial, a dissertação versaria sobre Nova Iguaçu, município que conheci há aproximadamente seis anos, onde tenho laços afetivos e onde estabeleci considerável rede de amizades. Nestes seis anos tive a oportunidade de conhecer de perto todo o território municipal, perpassando desde o centro histórico até as periferias, também históricas, conhecendo as carências e, ao

mesmo tempo, buscando entender quais as motivações que levaram Nova Iguaçu a ser considerada uma verdadeira 'fábrica' de cidades.

Nestes termos, o objeto presente nesta dissertação de mestrado consiste em examinar o processo de transformação econômica e do território de Nova Iguaçu. A partir deste objeto mostraremos não somente o desenvolvimento desigual entre os distritos deste município, como também a carência de serviços públicos essenciais fizeram com que lideranças locais levassem a cabo o "desligamento" administrativo com relação ao município de Nova Iguaçu.

Face ao exposto, cabe fazer as seguintes indagações: quais os reais motivos que levaram à tamanha fragmentação do território iguaçuano ao longo de sua história? Qual ou quais as diferenças básicas entre as emancipações ocorridas na década de 40 e as processadas posteriormente à promulgação da Constituição de 1988? Que medidas têm tomado o governo municipal para contornar os problemas advindos das emancipações? Tendo em vista a dinâmica econômica recente deste município, cabe também questionar: ele ainda pode ser considerado um município-dormitório?

Uma das hipóteses levantadas por esta dissertação é a de que o processo de desenvolvimento desigual entre as regiões, bem como a escassez de políticas públicas do município em questão em relação a seus distritos, fizeram com que, apoiados por uma incipiente elite local, buscassem na emancipação a solução de seus problemas.

Em vista do que já foi anotado, até agora, cabe definir os principais objetivos desta dissertação. De modo geral, podemos afirmar que o intuito maior é o de analisar a história econômica do município de Nova Iguaçu, destacando as principais transformações na sua estrutura produtiva de maneira que possamos

entender a fragmentação deste município. Contudo, sublinhamos também, como objetivos desta dissertação os seguintes: 1) evidenciar como se deu no município em exame a passagem de uma economia marcadamente agrícola (1833-1945) para uma economia de forte base industrial (1945-1985), e que recentemente agrega forte setor terciário, acompanhando, de certo modo, os rumos da economia nacional, além de evidenciar que, apesar da perda de parte expressiva de seu território original, Nova Iguaçu ainda exerce forte centralidade em relação aos demais municípios da Baixada Fluminense; 2) apontar as transformações espaciais decorrentes da fragmentação do território iguaçuano; 3) analisar a absorção do município em questão pela metrópole carioca e sua conseqüente urbanização ; 4) caracterizar, sumariamente, os distritos emancipados de Nova Iguaçu; e, finalmente 5) discutir os impactos da fragmentação na economia iguaçuana.

Para alcançar esses objetivos, o recorte espaço-temporal analítico utilizado irá desde a fundação do município em questão, passando por suas várias fases econômicas, tendo como ponto de chegada a década de 90, na qual ocorreram as últimas emancipações.

A dissertação encontra-se estruturada em três capítulos, ademais esta introdução e as considerações finais. No primeiro, buscamos traçar o processo histórico de ocupação da região da Baixada da Guanabara, indicando as fases perpassadas pela economia iguaçuana desde sua fundação como cidade, em 1833.

O objetivo principal deste capítulo, como um todo, é apresentar os traços gerais da formação urbano-econômica da região de Iguaçu, de sua fundação até o final da década de 40.

Assim, serão ressaltados os ciclos da cana-de-açúcar, a importância da região como pólo escoador da produção cafeeira fluminense e, por último, o

destaque da citricultura que, por sua vez, mostrou-se da maior relevância na economia do município, tornando-se um dos maiores produtores de laranjas no contexto nacional no período compreendido entre os anos de 1935 a 1945.

A dimensão espacial do processo de ocupação desta região será examinada no subitem 1.4, onde analisamos de que forma o desenvolvimento desigual entre os distritos pertencentes à Nova Iguaçu atuou no processo emancipacionista.

O segundo capítulo da dissertação versa sob o momento imediatamente posterior ao chamado ciclo da laranja. O recorte temporal do capítulo está compreendido entre a segunda metade dos anos quarenta, até os anos oitenta. Período onde o município transitou de uma economia agro-exportadora para uma economia de base industrial.

Na primeira parte será abordada a natureza transformada que Nova Iguaçu vai assumindo face à expansão da metrópole carioca, contextualizando-se a análise em vista da situação nacional de crescimento das grandes cidades. Neste sentido, é também levantada a questão da urbanização e metropolização deste município.

Na segunda, será enfocada a questão da industrialização do município, que apresentou seu auge durante a década de setenta. A agudização dos problemas sociais, ocorrida nos anos oitenta, será também evidenciada neste capítulo.

No terceiro capítulo o foco analítico concentrar-se-á no período referente aos anos noventa, onde o município experimentou a passagem de uma economia baseada na indústria, para uma fundamentada nos serviços, na qual passou a configurar-se a economia iguaçuana. Objetivamos, desta forma, analisar o

comportamento econômico deste município face à perda do seu parque industrial, em decorrência das várias fragmentações no período.

A dimensão espacial será considerada com a apresentação das fragmentações territoriais sofridas pelo município no período posterior à promulgação da Constituição de 1988, mostrando de que forma a Lei Federal contribuiu para dar maior dinamismo às emancipações. Ademais a caracterização desta dimensão espacial, examinamos brevemente os distritos então emancipados de Nova Iguaçu.

Nas considerações finais, serão novamente levantadas as questões propostas no início da dissertação, buscando, de certo modo, respondê-las face ao que foi explicitado no decorrer desta.

1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: ECONOMIA E TERRITÓRIO.

As condições históricas de inserção da Baixada da Guanabara na economia fluminense não constituem objeto central desta dissertação, contudo, por questões metodológicas, acabou-se direcionando o trabalho, ainda que sucintamente, para tais condições mostrando que, de certa forma, elas determinaram o que veio a se constituir na atual feição do município aqui analisado.

A ocupação histórica inicial do espaço geográfico brasileiro fez-se de acordo com as possibilidades (ou não) de cada região encontrar alternativa econômica que lhe permitisse inserir no mercado internacional, seja com o intuito de atender à metrópole na fase colonial e mais tarde, na primeira etapa do país independente. Em razão dessas experiências formaram-se economias regionais no Brasil voltadas para fora e com fraca integração nacional, *pari passu*, muitos espaços nacionais 'viviam' isolados, como se fossem 'ilhas'.

A ocupação da Baixada da Guanabara deu-se neste contexto, uma vez que esta funcionou como entreposto entre o Rio de Janeiro e o restante do país, na medida em que tal cidade exerceu durante longo período de tempo, principalmente durante o ciclo cafeeiro do Vale do Paraíba fluminense, a função de principal porto de escoamento das mercadorias, tendo como direção final as metrópoles européias e norte-americanas; dessa forma, parte significativa do desenvolvimento econômico e social da atual Baixada Fluminense² esteve atrelado ao do Rio de Janeiro.

² De acordo com Souza Alves (2003):

Geograficamente a Baixada Fluminense corresponderia à região e planícies que se estendem entre o litoral e a Serra do Mar, indo do município de Campos, no extremo norte, até o de Itaguaí, próximo a cidade do Rio de Janeiro. Outro conceito geográfico também recorrente é o de Baixada ou Recôncavo da Guanabara, restrito à região do entorno da Baía da Guanabara, indo de Cachoeira de Macacu à Itaguaí.

As primeiras sesmarias³ na Baixada Fluminense datam do ano de 1558. Nelas cultivava-se a cana-de-açúcar e através desse cultivo foram surgindo os primeiros engenhos que se dedicavam à atividade econômica predominante na época, a fabricação de açúcar e aguardente. Em 1565, Estácio de Sá doou uma sesmaria às margens do rio Iguaçu a Cristóvão Monteiro, primeiro ouvidor-geral do Rio de Janeiro por este ter se destacado na luta para a expulsão dos franceses. Com sua morte, essas terras ficaram em mãos de sua viúva, que encontrou dificuldades para mantê-las, doando-as aos beneditinos (LAZARONI, 2001; PRADO, 2000).

Os monges beneditinos foram posteriormente comprando outras propriedades na região e aumentando seus domínios e, desta forma, constituíram uma das maiores e mais antigas fazendas do Brasil: a Fazenda Iguassú.

No ano de 1719 Iguassú é elevada a categoria de freguesia curada, ou seja, Freguesia (distrito) com um Cura (padre). Este fato evidenciou o reconhecimento, por parte das autoridades coloniais, de uma área de ocupação com potencial econômico.

As vias de circulação foram a espinha dorsal, na visão de Soares, de toda a ocupação e futura urbanização de Iguassú e da Baixada da Guanabara:

A presença de extensas áreas de topografia plana ou suave, propícia à atividade e à instalação humana, a inexistência de relevos impedindo as comunicações terrestres entre o núcleo inicial e principal da metrópole e seu recôncavo são alguns dos elementos que possibilitaram a expansão da cidade em direção à Baixada da Guanabara (1960, p. 2).

Já a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM), usando critérios como grau de urbanização e a densidade populacional restringiu a Baixada àquilo que ela denominou de Unidades Urbanas Integradas do Oeste (UUIO) (p. 15).

A denominação Baixada Fluminense aqui utilizada fica restrita à porção do território que abrange os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti.

³ Lotes de terras incultas ou abandonadas, que os reis de Portugal cediam aqueles que se dispusessem e tivessem condições de cultivá-las.

Na primeira fase de ocupação do território da Baixada da Guanabara houve predomínio da circulação fluvial. As vias flúvio-marítimas contribuíram para que grande parte da produção do Vale do Paraíba fosse direcionada para um único local, o Rio de Janeiro. Elas também permitiram importantes progressos no que diz respeito à ocupação desta região. Mas existiam significativos inconvenientes ligados diretamente a esse tipo de transporte, tais como a dependência das marés nos baixos cursos, o baixo nível das águas nos tempos das secas, além do constante entulhamento dos rios e canais (Soares, op. cit).

As vias flúvio-marítimas eram articuladas com os caminhos que iam em direção ao interior do país. Dessa forma, observa-se a extraordinária relevância dos rios e dos terrenos não alagados da Baixada Guanabarina, posto que eles foram base para o desbravamento desta região. De acordo com Lessa (2000), a articulação do porto do Rio com as Geraes era feita através do chamado Caminho Velho, uma antiga trilha aberta pelos índios Guaianases. Este caminho fazia a ligação entre as regiões de Pindamonhangaba e Rio Verde com Guaratinguetá e Taubaté, desse ponto descendo a Serra do Mar até Parati, e daí pelo mar, até o Rio de Janeiro; esta via era considerada perigosa, pois sua costa era desamparada e havia a presença de corsários (FRIDMAN, 1999). Este caminho foi sobrepujado, no ano de 1700, pelo Caminho Novo, de Garcia Rodrigues Paes (SOARES, 1960; FRIDMAN, 1999; LESSA, 2000). Este fazia a ligação entre as Geraes e o fundo da Baía de Guanabara, passando por Paraíba do Sul e Tinguá.

Outro caminho utilizado para facilitar o acesso ao interior e que permitiu maior integração da baixada foi o caminho de Terra Firme; ele se constituiu em opção para “fugir” das grandes áreas alagadas que eram característica da Baixada da Guanabara. Esta via foi feita no sopé da Serra de Madureira que, por

sua vez, abrigava uma área de geografia consolidada que permitia o escoamento da água, sendo, portanto, uma região de terrenos firmes. Foram construídas ainda, no século XIX, as estradas da Polícia e do Comércio, que articulavam a região de Iguassú com a de Sacra Família e Vassouras (LESSA, 2000).

A Estrada Real do Comércio foi a primeira via aberta no Brasil para o escoamento do café do interior do país; isso se deu entre os anos de 1819 e 1820, tendo sua abertura determinada pela Junta de Comércio do Rio de Janeiro. Ela também foi de vital importância para a futura fundação do município de Iguassú, o que veio a ocorrer em 15 de Janeiro de 1833. Esta estrada fazia a ligação entre os territórios de Vassouras, Valença e Rio Preto com a sede do governo Imperial.

A estrada do Comércio, que teve seu calçamento concluído em 1822, começava na Vila de Iguaçú:

Atravessava as serras do Tinguá e da Viúva e mais adiante atravessava a vila de Pati do Alferes, para terminar no porto de Ubá, do rio Paraíba, rumando para as Minas Gerais, depois de percorrer dez léguas desde a Vila de Iguaçú ate o porto de Ubá (PEREIRA APUD PEREIRA, 1977, P.86).

De acordo com Soares:

[...] o itinerário terrestre através da Baixada foi muito utilizado por pessoas, animais e mercadorias que provinham do interior ou que para lá demandavam. Assim, nas ligações terrestres entre a cidade do Rio de Janeiro e o interior, qualquer que fosse o itinerário adotado no planalto e na serra, pelos caminhos do século XVIII, tinham os viajantes de contornar a orla pantanosa do Recôncavo, caso desejassem evitar a via fluvial (1960, p. 10).

A função primordial desses caminhos e estradas era possibilitar o escoamento de mercadorias que no início da colonização, se resumiam a culturas de exportação como o açúcar, o anil e a cochililha⁴; depois, durante todo o século XIX, a principal mercadoria transportada era o café; e já na primeira metade do século XX, passaram a ser a laranja, a banana e o abacaxi. Em 1833, com o

⁴ Substância corante vermelha extraída de insetos hemípteros.

desenvolvimento da região foi então criada a Vila de Iguaçu, formada pelas Freguesias de Iguaçu (sede), Inhomirim, Pilar, Santo Antonio de Jacutinga, São João de Meriti e Marapicu.

Assim como o ouro, as culturas de exportação contribuíram de maneira decisiva ao conferir maior importância à cidade do Rio de Janeiro, cujo auge ocorreu em 1763, com a elevação desta à condição de capital da colônia (SOARES, 1960). Neste contexto, a Vila de Iguaçu contribui com o cultivo de três grandes culturas, a saber: cana, café e laranja.

1.1 A EXPLORAÇÃO COMERCIAL DA CANA-DE-AÇÚCAR.

Com o advento da conquista por parte dos portugueses, estes buscavam extrair da nova terra algo que lhes desse o lucro que compensasse a empreitada da colonização. Buscaram-no, primeiramente, através da extração do Pau-Brasil que havia no litoral brasileiro: mas, em 1605, a Coroa estabeleceu restrições ao corte do pau-brasil passando aos jesuítas o monopólio de extração desta madeira.

Criada em 1647, a Companhia Geral do Comércio do Brasil recebeu o privilégio exclusivo do corte dessa madeira, além de receberem o pagamento de 10% sobre a carga transportada de todos os navios que ao Brasil se destinasse, tanto na ida, quanto na volta (PRADO JÚNIOR, 1999, P. 36). Tal política desencorajou a exploração do pau-brasil como sustentáculo da economia do Rio de Janeiro, que entrou em crise em 1656 (LOBO, 1984, P. 2223).

Em um segundo momento, os portugueses implantaram a cultura da cana-de-açúcar, cultura esta que eles já haviam empreendido anteriormente em

suas posses nas ilhas de Açores e Madeira, e que se adaptou bem ao solo fértil, apresentando maior resistência a moléstias.

A cana-de-açúcar fez com que o colonizador fixasse residência no litoral, pois o clima e o solo eram favoráveis ao cultivo. Conseqüentemente, foi montado um aparato para a defesa do território contra a pirataria e as invasões estrangeiras (PEREIRA, 1977). No Rio de Janeiro tal cultura estava organizada em torno da baía de Guanabara e constituía-se na principal atividade econômica da Baixada Fluminense na primeira fase de sua história.

Na visão de Pereira, no empreendimento português a principal diferença entre a extração do pau-brasil e o cultivo da cana, era que esta última apresentou nítida organização comercial. De acordo com o autor, a introdução dessa cultura em Iguaçu se deu por volta do ano de 1611.

Segundo Lamego (1964), foi o açúcar do recôncavo que ergueu a economia do Rio de Janeiro e deu impulso ao desenvolvimento da cidade. O açúcar também estimulou o crescimento demográfico com o aumento da entrada de africanos para as lavouras.

De acordo com Lessa:

O açúcar fluminense antecede de muito ao surto cafeeiro. Permanece após a morte da cafeicultura e, certamente, é sua notável vitalidade histórica a principal dimensão a ser interpretada. As planícies costeiras fluminenses que, a partir do recôncavo da Guanabara, se alargam até a região de Campos, são as zonas de ocupação histórica pelo açúcar. Dos subúrbios do Rio de Janeiro, pela Baixada Fluminense, o açúcar se desenvolveu em direção à região campista (2000, p. 104).

O cultivo do açúcar exigia o uso de número expressivo de trabalhadores na plantação e no beneficiamento, tendo em vista seu calendário restrito e a necessidade desta produção ter que ser realizada em larga escala para a obtenção de custos compensadores.

De acordo com Egler (1979), a empresa colonial necessitava de trabalho cooperado compulsório em terras despovoadas para o empreendimento açucareiro; para este trabalho foi utilizada a escravidão .

A cana-de-açúcar era processada de modo a produzir a aguardente⁵ e o açúcar, produtos que posteriormente junto com o café tornaram-se os principais bens tributáveis que assim conferiam destaque à economia fluminense. A tabela 1, preparada com base em dados do ano de 1799, mostra a distribuição da produção açucareira no Rio de Janeiro: nota-se que apesar da maior quantidade de engenhos de açúcar estarem concentrados na região de Campos dos Goytacazes, tal região não se destaca como grande produtora de aguardente, considerada uma forte moeda de troca à época.

Tabela 1 - DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO AÇUCAREIRA NO RIO DE JANEIRO (1799).

ÁREAS DE PRODUÇÃO	ENGENHOS AÇÚCAR	DE	ENGENHOS AGUARDENTE	DE
Recôncavo da Guanabara	228		85	
Baía da Ilha Grande	39		155	
Cabo Frio	25		9	
Campos dos Goytacazes	324		4	
TOTAL	616		253	

Fonte: PRADO JUNIOR, C., 1945 *apud* EGLER, 1979.

Deve-se ressaltar que além do cultivo da cana-de-açúcar, as terras da Baixada também produziam, em menor escala, o feijão, o arroz, milho, mandioca, legumes além da extração madeireira para lenha. Assim abasteciam-se as fazendas locais, bem como o mercado consumidor do Rio de Janeiro. Esse mecanismo funcionava como internalização dos custos de produção das fazendas.

⁵ A aguardente de cana era utilizada principalmente como produto de escambo no tráfico de escravos, praticado em larga escala pelos comerciantes do Rio de Janeiro (EGLER, 1979).

De acordo com Souza Alves:

Nas terras da Baixada a produção de açúcar e de aguardente para exportação predominava como forma central de atividade econômica. A produção de farinha, milho, arroz e feijão e a extração de madeira tinham um caráter de subsistência, mas também se destinava ao abastecimento da cidade carioca. Contudo, o posicionamento geográfico dessa região enquanto zona intermediária entre o porto do Rio de Janeiro e o *hinterland* fluminense e mineiro definirá a Baixada, sobretudo, como uma região de passagem (2003, p. 32).

A realização da cana-de-açúcar como produto exportável se concretizava a milhares de quilômetros de distância, nas cidades européias e era no percurso realizado pelo produto que, segundo Egler (op. cit), repousava a fonte de lucro do capital mercantil. Para alcançá-lo foi necessária a montagem de um sistema de logística sobre a circulação desta mercadoria que, por sua vez, distinguiu fortemente a evolução das economias coloniais.

O processo de decadência da lavoura açucareira foi acelerado pelo rompimento do monopólio português de produção e o sucesso do plantio nas Antilhas que fizeram com que esta cultura não conseguisse a produtividade necessária para enfrentar a forte concorrência internacional. Ainda de acordo com Egler (op. cit.), no período compreendido entre 1775 e 1802, a exploração da cana quadruplicou em termos de volume e sextuplicou quanto ao valor; mas longe deste fato significar uma conquista definitiva, ele marcou o fim de uma época.

O cultivo da cana em geral e em Iguazu em particular esbarrou, também, na falta de tecnologia uma vez que os engenhos da fase colonial possuíam estruturas frágeis. Como é sabido, nessa época vigorava o chamado Pacto Colonial através do qual a metrópole proibia a fabricação de qualquer tipo de tecnologia na colônia, permitindo somente a importação de tecnologia a preços exorbitantes cobrados por Portugal. Sendo assim, a expansão canavieira, no caso do Rio de Janeiro, ficou limitada na Baixada da Guanabara.

Nas palavras de Prado Júnior (1999):

[...] a concorrência que a colônia por acaso fizesse aos produtos do Reino era brutalmente cerceada. Proibia-se o cultivo de plantas que tivessem similares no Reino, como a castanheira, a oliveira e outras. Chega-se a vedar o simples uso de fogos de artifício fabricados na colônia... O exemplo mais frisante da intolerância de Portugal está na proibição de quaisquer manufaturas, salvo apenas os grosseiros tecidos de algodão. Esta medida, adotada em 1785, é a satisfação dada aos industriais e comerciantes do Reino, que pela voz do vice-rei do Rio de Janeiro, marquês de Lavradio, se queixavam dos prejuízos que lhes causavam as fábricas e teares da colônia [...] (p. 38).

Este cenário permaneceu até 1808, quando da chegada de D. João VI ao Brasil que antecipou o processo de Independência, tendo em vista a assinatura de importantes decretos que garantiram a revogação da proibição da instalação de fábricas, a liberdade de comercialização, a abertura dos portos brasileiros às “nações amigas” e a transformação do Brasil em sede do Reino Unido de Portugal e Algarves. Tais acontecimentos fizeram com que caísse por terra o estatuto colonial e se desse, conseqüente, o fim do monopólio colonial português.

1.2 O CULTIVO E A COMERCIALIZAÇÃO DO CAFÉ.

Diferentemente da cana-de-açúcar, o café era uma cultura que necessitava de solo e clima diferente daquele encontrado no litoral e necessitava de áreas altas para ser cultivado. Talvez por isso, tal cultura agiu como desbravadora de novas áreas que pudessem ser utilizadas para seu plantio. Deve-se ressaltar que a rubiácea não chegou a substituir a cana-de-açúcar na Baixada Fluminense, pois seu plantio deu-se fundamentalmente em novas terras ou naquelas que se apresentavam cansadas para o plantio da cana.

O café foi cultivado nas vilas de Tinguá e Estrela em Iguaçu. De acordo com Pereira (op. cit.), o produto não projetou a região como grande produtora, mas sim como um dos maiores entrepostos no seu itinerário para a exportação. Outro efeito positivo trazido pelo cultivo do café teria sido o surgimento de

aglomerações populacionais situadas no ponto de encontro entre as vias de circulação aquática e terrestre. Nessas áreas havia importante entrada de pessoas e de mercadorias. O fluxo era importante em função do seguinte fato: ao longo da primeira metade do século XIX o café brasileiro, com base na província fluminense, sustentou as exportações do Império e ocupou a primazia (60%) da produção mundial (LESSA, 2000).

A tabela abaixo mostra que a fase áurea da cafeicultura fluminense ocorreu entre 1870 e 1890, período que o Vale do Paraíba fluminense foi o grande produtor de café: 52,2% e 37,8% da produção nacional no período compreendido entre os anos de 1876 e 1890. Para Furtado (2003), a expansão da cultura cafeeira no país foi o resultado da combinação da abundância de terras de boa qualidade e bem localizadas associada a uma oferta ilimitada de mão-de-obra, inicialmente escrava e posteriormente livre com salários relativamente baixos. Na visão do autor, o limite à expansão da produção seria a saturação do mercado internacional do produto.

TABELA 2 - PRODUÇÃO EXPORTÁVEL DE CAFÉ DAS PRINCIPAIS REGIÕES PRODUTORAS (MIL SACAS).

Média anual do período	São Paulo		Rio de Janeiro		Minas Gerais		Espírito Santo		Total	
	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%	Vol.	%
1876-1880	925	24,3	1.987	52,2	767	20,2	124	3,3	3.803	100,00
1881-1890	2.138	37,1	2.176	37,8	1.200	20,8	2450	4,3	5.764	100,00
1891-1900	4.775	60,5	911	11,5	1.787	22,7	416	5,3	7.889	100,00
1901-1910	9.252	68,0	995	7,6	2.772	50,4	579	4,3	13.598	100,00
1911-1920	9.306	70,2	812	6,1	2.446	18,4	700	5,3	13.264	100,00
1921-1930	11.131	66,5	945	5,6	3.445	20,0	1.210	7,2	16.731	100,00

Fonte: (SP, RJ e MG): A. de E. Taunay, 1943, e C.C. Fraga, 1963 (dados ajustados aos de Taunay); (ES): H. C. Rocha e M. P. Cossetti, 1983. *Apud* CANO, 2003.

O escoamento da produção cafeeira de Iguazu e do Vale do Paraíba era feito através da estrada do Comércio, da Polícia e da Estrela, associado com a navegação fluvial que apresentava relevância na época.

Segundo Souza Alves:

O impacto do café se deu principalmente na reativação do circuito fluvial da Baixada, através da produção que vinha de São Paulo, Minas, Espírito Santo, Bahia e interior do estado e se dirigia ao porto do Rio de Janeiro para exportação (2003,p. 40).

Vários fatores contribuíram para a não-evolução da produção cafeeira em Iguazu, assim como em todo o Rio de Janeiro. Um desses fatores foi a adoção da chamada “solução” escravista (CANO, 2002).

O trabalho escravo adotado nas fazendas iguaçuanas e fluminenses em geral acabaram por sufocar e inviabilizar a produção cafeeira, pois o término do tráfico negreiro, entre 1850 e 1856, fez com que o preço dos escravos se elevasse, atingindo níveis antieconômicos e reduzindo, em muito, a margem de lucro. Resultado: os escravos que restaram nas fazendas sofreram com a intensificação de suas atividades para “compensar” a falta de novos braços, impedindo sua reprodução (op. cit.). Somou-se ao aumento da exploração, a subnutrição e as doenças decorrentes. A deflagração da Guerra do Paraguai, que implicou a concessão de alforria para os negros que se dispusessem a lutar nessa guerra, fez com que, pouco a pouco, a população escrava diminuísse.

Na visão de Lessa (op. cit.), o café escravagista fluminense gerou lugares sem dinamismo, cidades débeis, que se esvaziaram com o seu declínio. Nesses locais não se constituíram núcleos comerciais e varejistas diversificados, o oposto do que ocorreu em São Paulo em cidades como Ribeirão Preto e Campinas. Ainda assim, de acordo com o autor, e contrariamente à opinião de Cano, gerou-se aqui um complexo cafeeiro, e prova disso seriam as empresas ferroviárias privadas que

foram fundadas e capitalizadas por este complexo, cuja desnacionalização para um grupo inglês ocorreu com a derrocada do café na província em destaque.

Inversamente a esta visão, Cano (op. cit.) diz que o processo de expansão cafeeira verificada na província do Rio de Janeiro com suas relações sociais vigentes e as especialidades da comercialização e do financiamento do café, fez com que não fosse possível a instalação de um complexo cafeeiro, diferentemente do que ocorreu Oeste paulista.

Tal complexo é descrito por Cano da seguinte forma:

À medida que a atividade nuclear se ampliava, passou a induzir, crescentemente, o surgimento de uma série de atividades tipicamente urbanas, como a industrial, a bancária, escritórios, armazéns e oficinas de estradas de ferro, comércio atacadista, comércio de exportação e importação e outros, requerendo e facultando, ainda, a expansão do aparelho do Estado. No momento em que estas crescessem, uma série de outras, mais vinculadas ao processo de urbanização, também se desenvolveriam: o comércio varejista, os transportes urbanos, comunicações, energia elétrica, construção civil, equipamentos urbanos, etc. Quanto mais avançava esse processo, mais interdependentes se tornavam todas essas atividades, gerando uma intrincada rede de conexões econômicas, financeiras e de serviços. Esse processo [se inicia em 1881] tem seu momento decisivo de aceleração, a partir de 1886 e, mais especificamente, entre 1890-1900, quando a produção cafeeira paulista perfaz 57% do total nacional (1983. p. 69).

De acordo com Egler (op. cit.), a cafeicultura no Oeste Paulista deu-se sobre o chamado regime de colonato, com a utilização de mão-de-obra imigrante trazida com a subvenção do Estado, com a estrada de ferro garantindo o escoamento da produção e com um porto, o de Santos, especialmente remodelado após 1888. Tais fatores permitiram uma formidável expansão da produção cafeeira que, associada a um aprofundamento das relações de produção baseada no trabalho livre bem como o aproveitamento da fertilidade natural dos solos de “terra roxa” e da mais-valia do trabalhador sobre o colonato, conseguiu em pouco tempo triplicar a oferta de café brasileiro no mercado internacional.

A infra-estrutura logística de transporte foi de suma importância para o escoamento da produção para o mercado externo. Antes da Revolução Industrial essa infra-estrutura era nucleada pelo porto do Rio: o café chegava até os embarcadores no fundo da Baía de Guanabara como Iguaçú, Estrela, Piedade, Porto das Caixas e Magé através dos caminhos carroçáveis ou por veredas trilhadas por tropas de muares. A partir destes pequenos portos era transferido para pequenas embarcações que o levavam até o porto do Rio, de onde eram exportados principalmente para Hamburgo, Havre e Nova York.

Com o advento da primeira Revolução Industrial e a posterior introdução da máquina a vapor, essa infra-estrutura de transportes foi radicalmente modificada. Segundo Soares (1960), já em 1840 foi proposta a construção de uma estrada ligando o porto de Sarapuí à Vila de Iguassú. Em 1854, o Barão de Mauá inaugura a Estrada de Ferro Mauá, unindo o fundo da baía de Guanabara (Porto de Piedade) à Raiz da Serra. Quatro anos depois, em 1858, a Estrada de Ferro Pedro II completa seu primeiro trecho, fazendo a ligação entre as estações de Maxambomba e Queimados, ambas pertencentes a Iguassú. Em 1864 essa ferrovia já alcançava o Vale do Paraíba⁶.

O investimento no transporte ferroviário significou, na visão do mesmo autor, a linha mestra das transformações que levou à internalização das relações capitalistas de produção, permitindo desta forma a expansão da economia cafeeira.

⁶ Em 1883, a linha Rio d'Ouro fazia circular seus trens de Belford Roxo a Rio d'Ouro e poucos anos depois, em direção aos ramais de Tinguá e Xerém. A atual estrada de ferro Leopoldina, na época "The Rio de Janeiro Northern Railway", inaugurará, em 1886, o trecho do Rio de Janeiro até a vila de Meriti, hoje Duque de Caxias, alcançando Rosário (Saracuruna) e a antiga Estrela, 1888. Dez anos depois, a linha auxiliar fazia seus trilhos chegarem a Andrade Araújo e Ambahi (Souza Alves, 2003, p.44).

A nova conformação dos transportes na Baixada da Guanabara, especificamente a ferrovia, teve profundas conseqüências para as vilas-portos⁷ de então na medida em que tornaram-se desnecessárias face ao crescente avanço capitalista. Tornou-se mais rápido, mais barato e mais seguro transportar a produção pelos trilhos, uma vez que estes não apresentavam as inconveniências características do transporte flúvio-marítimo, como a dependência da maré nos baixos cursos, o baixo nível das águas nos tempos de seca, além do constante entulhamento dos rios e canais. Além disso, os trilhos estavam localizados nas áreas livres de alagamento, mais próximas ao sopé dos morros, atraindo assim o surgimento de casas ao longo. Ademais, as terras e fazendas foram valorizadas e passaram a atrair o deslocamento populacional que antes se dava próximo aos rios.

Deve-se ressaltar que a ferrovia não foi a única responsável pela decadência das vilas-portos da baixada. Segundo Soares (op. cit.), a Baixada da Guanabara já entrara em decadência antes mesmo do estabelecimento da estrada de ferro face à concorrência campista no que tange à cana-de-açúcar, do planalto em relação ao café e, por fim, o esgotamento das terras que foram utilizadas sem um mínimo de rotação entre as culturas.

Os portos das Caixas, Estrela e Iguazu entraram então em profundo declínio. No ano de 1891, o então governador Portela transferiu a sede municipal das bordas do rio Iguassú para a beira da estrada de Ferro Central do Brasil, num local chamado Maxambomba (que ficou esquecido durante o período cafeeiro, pois estava à margem da grande corrente de mercadorias e pessoas que se estabelecera entre a metrópole, o Vale do Paraíba do Sul e o Oeste de Minas).

⁷ O eixo econômico e comercial que em três séculos se constituiu ao longo das ramificações fluviais entrou em rápida decadência, acelerada pela velocidade dos trens que passaram a ligar diretamente o litoral ao planalto (Ibid, p. 42).

Logo no ano seguinte é também transferida a sede da Matriz da Freguesia de Santo Antonio de Jacutinga para as proximidades desta ferrovia.

A estrada de ferro agiu como importante agente de expansão da cidade do Rio de Janeiro em direção à Baixada. Foram se constituindo, dessa forma, núcleos espontâneos em torno das estações ao longo da ferrovia.

De acordo com Soares:

Ao lado de cada estação, casas iam-se dispendo espontaneamente, algumas lojas surgiam, uma pracinha tomava forma e aos poucos iam crescendo esses aglomerados que, de início, tinham uma forma longitudinal, alinhando-se às margens dos trilhos, para só depois crescerem num sentido transversal à linha férrea. (1960, p. 22).

Como se vê a geometria da expansão da baixada foi polarizada pelas estações, pelas atividades econômicas ali encampadas.

O mapa abaixo mostra a ocupação do território de Nova Iguaçu entre os anos de 1922 e 1958.

Mapa I - Crescimento físico de Nova Iguaçu entre 1922 e 1958.



Fonte: SOARES, 1962.

O que dificultava essa expansão era a insalubridade existente nessas terras. Nesta época a malária era comum e atingia parte significativa da população da Baixada, tanto que o interventor Amaral Peixoto⁸ organizou a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense⁹. Durante a década de 30

⁸ O sistema oligárquico foi a base política da Primeira República (1889-1930). O poder era controlado por uma aliança entre as oligarquias paulista e mineira, que se expressava no revezamento de representantes desses dois estados na presidência da República. Na década de 1920, essa longa hegemonia começou a ser contestada com maior vigor por outros grupos oligárquicos, que dominavam estados como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia e estavam descontentes com seu afastamento das principais decisões políticas do governo. Nas eleições presidenciais de 1922, esses grupos lançaram o nome de Nilo Peçanha contra o candidato situacionista Artur Bernardes. A derrota da oposição abriu caminho para uma crise militar que deu origem ao movimento tenentista. Às vésperas das eleições presidenciais de 1930, uma nova frente de estados oposicionistas se formou, agora com apoio da oligarquia mineira, e lançou a candidatura de Getúlio Vargas. A derrota do candidato da oposição para o paulista Júlio Prestes, e a aliança dos derrotados com os "tenentes" acabaram conduzindo à Revolução de 1930. Poucos dias antes da instalação da Ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937, Ernani Amaral Peixoto foi nomeado interventor federal no estado do Rio de Janeiro, exercendo seu mandato até o ano de 1945, quando Vargas foi deposto. (Fonte: FGV-CPDOC).

⁹ As obras de saneamento da Baixada foram executadas pelo DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento através do Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense. Um dos objetivos deste saneamento era, segundo Abreu (1997), dotar a capital da República de um cinturão agrícola, tornando seu abastecimento

foram drenados, dessasoreados e desobstruídos em torno de 3.800 Km de canais (LESSA, 2000), possibilitando, assim, maior ocupação humana do território da baixada.

Como todo ciclo econômico, o do café teve seu período de decadência. Isso se deu em decorrência de fatores entre os quais a falta de mão-de-obra, pois os produtores fluminenses, diferentemente dos produtores do Oeste paulista, não encontraram uma solução de curto prazo para substituir a mão-de-obra escrava que rareava e também tornara-se inviável economicamente e o desgaste do solo que afetou a agricultura de modo geral. Soma-se ainda a esses fatores, o abandono dos rios e canais, que propiciou o aparecimento do impaludismo¹⁰.

Com a derrocada do café a fruticultura, principalmente a da laranja, assumiu a posição de principal produto exportável da baixada no decorrer de algumas décadas, como se verá no subitem seguinte.

1.3 O COMPLEXO DA LARANJA: UM ELDORADO.

A decadência da cafeicultura no estado do Rio de Janeiro fez com as autoridades incentivassem a busca de culturas alternativas para substituir aquela que, durante muito tempo, sustentou as exportações e, de certa maneira, a economia fluminense. Dessa forma, apoiada pelo governo, surgiu a citricultura em escala comercial no Rio de Janeiro.

independente de transportes longos e dispendiosos. Antes deste período, outras comissões já haviam sido organizadas, a exemplo da primeira (1892-1894) que fora organizado pelo governo de José Thomaz da Porciúncula, a partir de então viu-se a transformação do saneamento da Baixada em grande tema e mito político, segundo Souza Alves (2003). De acordo com o autor, a exemplo do combate à seca do Nordeste, o saneamento serviu para justificar a miséria da região e a obtenção de recursos que antes de serem empregados para drenagem dos pântanos eram canalizados para os escoadouros do dinheiro público.

¹⁰ Mais de um século depois, a volta do cólera às terras da Baixada apenas substituirá os escravos pelos trabalhadores empobrecidos como suas vítimas. Entregues à própria sorte, a partir do momento que as secretarias municipais de saúde deixam de registrar os casos, alegando falta de recursos, muitos morrerão sem saber do que se tratava, ou sendo tratados como se estivessem com uma simples diarreia (SOUZA ALVES, 2003, p. 43).

Inicialmente, a laranja foi plantada em São Gonçalo e foi trazida para Nova Iguaçu no último quartel do século XIX. Os locais utilizados para o plantio da laranja em Iguaçu foram os mesmos utilizados para o café, pois, quando este entrou em decadência, as fazendas que abrigavam as plantações substituíram essa cultura por outras de subsistência, como o feijão, a mandioca e o milho, ou foram abandonadas.

A laranja também encontrou na região de Iguaçu clima, relevo e solo propícios ao seu cultivo. Fatores logísticos como a proximidade com os principais mercados consumidores (os do Rio de Janeiro e de São Paulo), a proximidade com a estrada de ferro que possibilitava o escoamento da produção e o apoio governamental tanto à produção como à exportação, fez com que a região de Iguaçu fosse considerada ideal para o seu plantio .

Fatores de ordem geográfica, infra-estrutural, natural e político fizeram da área de Nova Iguaçu lugar atrativo para o desenvolvimento da citricultura. Numa primeira fase os laranjais localizaram-se nas zonas dos morros, nos contrafortes e mesmo nas encostas da Serra de Madureira; porém, com a valorização do produto, o plantio alastrou-se pelas baixas colinas e planícies que já se encontravam drenadas.

No ano de 1916, por iniciativa do político Manuel Reis, o nome do município, Maxambomba, é mudado para Nova Iguaçu, onde três anos mais tarde é construída a sede da prefeitura municipal. Neste mesmo período, a localidade de São Mateus passa a denominar-se Nilópolis¹¹ em homenagem a Nilo Peçanha que foi incentivador destacado da citricultura (PEREIRA, 1977). A homenagem

¹¹ De acordo com Souza Alves a denominação de Nilópolis foi menos uma homenagem a Nilo Peçanha do que uma forma dos proprietários fazerem propaganda do loteamento. Porém, a ausência de planejamento e de infraestrutura estabelecia a contradição mais comum que passaria a existir nessa região: aquela entre os nomes famosos e belos dos loteamentos e as precárias condições dos equipamentos e serviços urbanos (2003).

prestada a Nilo Peçanha demonstra a importância que os laranjais tiveram no desenvolvimento da região.

Como presidente do estado do Rio de Janeiro entre 1903 e 1906, Nilo Peçanha atuou junto às companhias transatlânticas para que o preço do frete da laranja fosse reduzido e que seu transporte fosse realizado em melhores condições para a conservação do fruto. Como presidente da República¹², ele atuou junto à Argentina no sentido de firmar um acordo de reciprocidade de isenção de direitos aduaneiros sobre o comércio de frutas entre os dois países.

Segundo Pereira:

A laranja revolucionou a estrutura social de Nova Iguaçu sem mudar suas características rurais. O fenômeno social nascido dos laranjais conservou, por muito tempo, sua autonomia, sua independência política marcada pela influência econômica dos laranjeiros que constituíam uma classe sucedânea à dos barões da cana e do café (1977, p. 118).

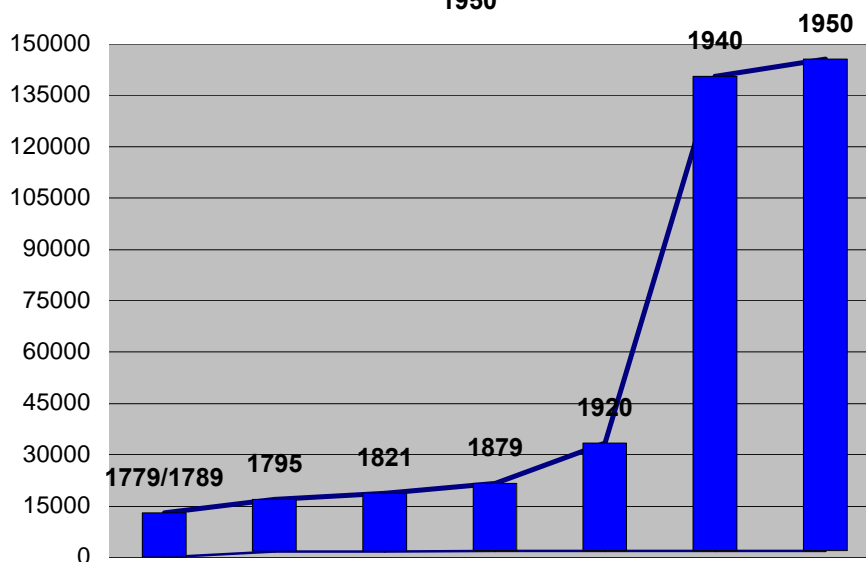
Na visão de Souza Alves (op. cit.), apesar de terem substituído os senhores de engenho e os barões do café como elite econômica e social, os laranjeiros não obtiveram a hegemonia política local, o que pode ser demonstrado pelo fato de que a câmara e a administração municipal nunca tiveram um programa político e econômico de expansão e consolidação da citricultura.

O plantio da laranja em escala comercial exigiu uma infra-estrutura própria que ia desde a fabricação de caixas, o transporte até o tratamento e acondicionamento, fazendo com se gerassem empregos especializados na região. Nova Iguaçu tornou-se então o novo “eldorado” e atraía gente de todo país.

¹² Nilo Peçanha elegeu-se como vice-presidente na chapa de Afonso Pena, e assumiu a presidência aos 41 anos de idade, com a morte deste em 14 de junho de 1909.

O gráfico abaixo mostra a evolução populacional no município entre os anos de 1779 e 1950, destacando-se o período de auge da citricultura que ocorreu entre os anos de 1920 e 1940¹³.

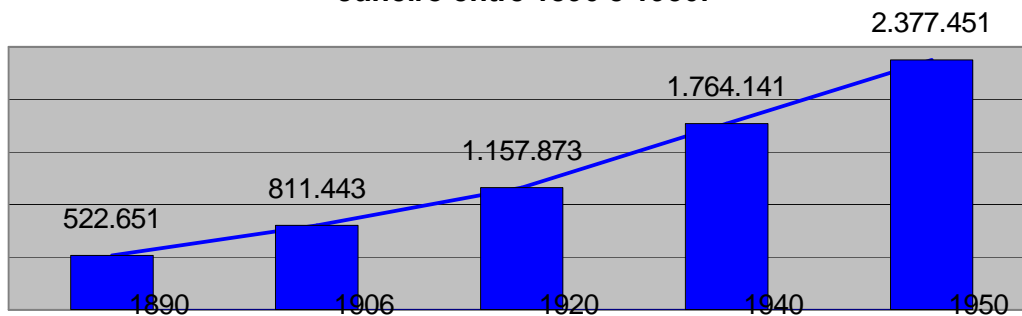
Gráfico 1 - Evolução Populacional no município entre 1779 e 1950



Fonte: PEREIRA, 1977.

No gráfico 2 abaixo, percebe-se que a evolução populacional do município de Nova Iguaçu acompanhou de certa forma, em curva ascendente, a evolução populacional do estado do Rio de Janeiro.

Gráfico 2 - Evolução populacional do estado do Rio de Janeiro entre 1890 e 1950.



Fonte: SOARES, 1960.

¹³ Segundo Souza Alves (op. cit.), embora boa parte dessa explosão populacional se deva à suburbanização de distritos vizinhos da metrópole – São João de Meriti, Nilópolis e parte de Duque de Caxias – 30% desse aumento ocorreu em distritos essencialmente agrícolas, onde o fracionamento das terras e o sistema de trabalho dos laranjais, que adotava assalariados e meeiros, contribuíram significativamente (p.51).

Entre os anos de 1920 e 1940 a população do estado do Rio de Janeiro cresceu 18%, destacando-se neste período a região situada às margens da baía de Guanabara da qual fazem parte Nova Iguaçu, Magé, São Gonçalo e Niterói. Destes municípios, Nova Iguaçu foi o que teve maior aumento absoluto dentro do estado, saltando de 33.396 habitantes em 1920 para 140.606 habitantes em 1940, um aumento de 423% em duas décadas.

O espantoso crescimento populacional experimentado no período não veio acompanhado de qualquer planejamento, dando-se, assim, de forma desordenada e desprovida de infra-estrutura urbana como esgotamento sanitário, fornecimento de água tratada, dentre outros.

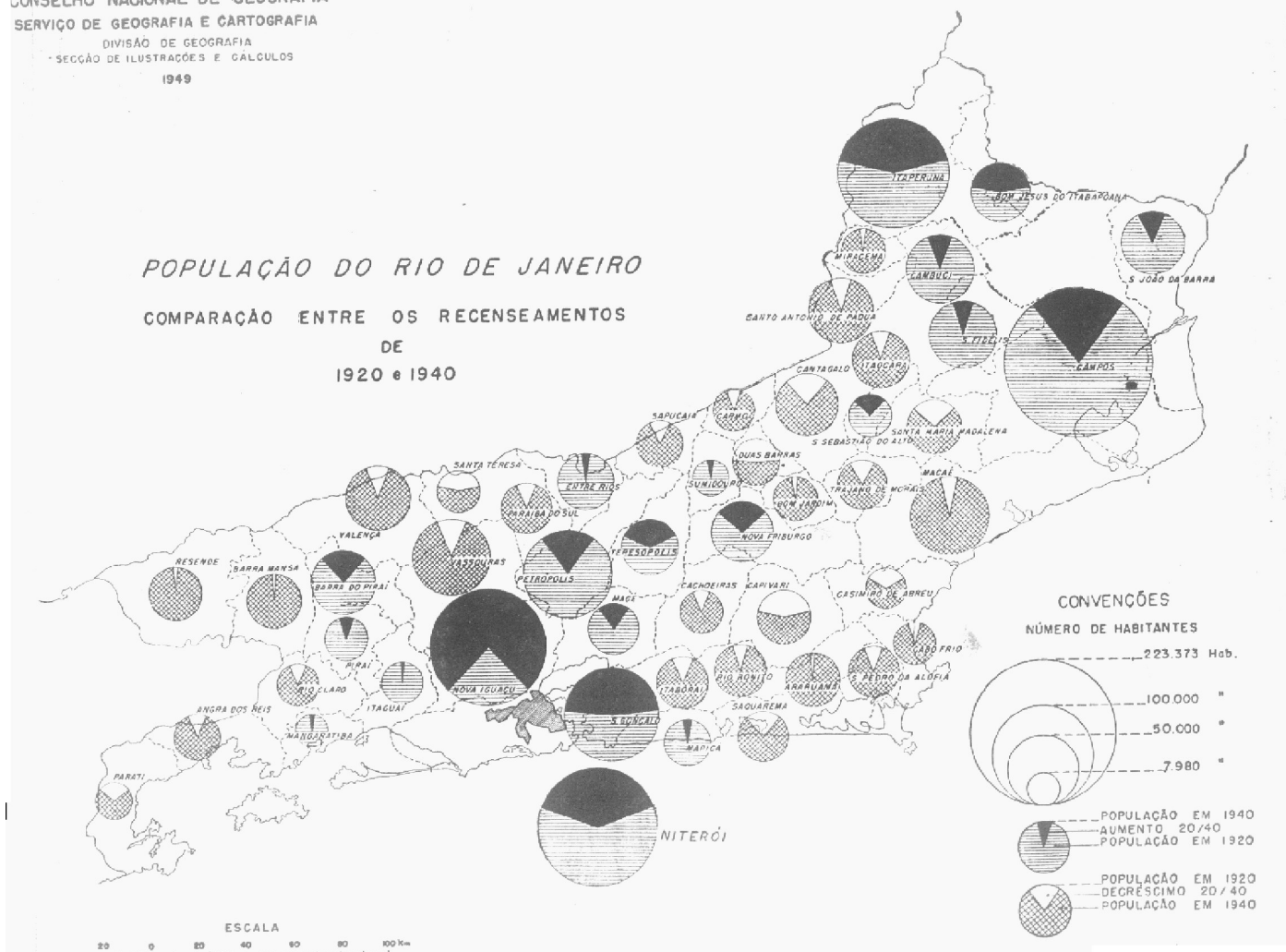
É interessante notar que esse crescimento deu-se em direção à Baixada da Guanabara, uma vez que o município do Rio de Janeiro nessa época ainda possuía grandes áreas rurais a serem ocupadas, como era o caso de Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz e Sepetiba. Entretanto deslocou-se para o norte, rumo aos municípios da Baixada, que a aglomeração carioca se processou com maior força e rapidez.

O mapa abaixo apresenta a comparação entre os recenseamentos de 1920 e 1940 no estado do Rio de Janeiro, evidenciando o crescimento do município em questão.

Mapa 2 - População do Rio de Janeiro: comparação entre os recenseamentos de 1920 e 1940

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
 CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
 SERVIÇO DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA
 DIVISÃO DE GEOGRAFIA
 SEÇÃO DE ILUSTRAÇÕES E CÁLCULOS
 1949

POPULAÇÃO DO RIO DE JANEIRO COMPARAÇÃO ENTRE OS RECENSEAMENTOS DE 1920 e 1940



Fonte: Keller, 1953.

A tabela 3 coloca em destaque o fracionamento da terra no município de Nova Iguaçu face o proeminente sucesso do plantio da laranja. Como se pode observar, a predominância foi de propriedades com até 40 hectares de área, sendo que o aumento da população neste município, no período em questão, foi predominantemente rural, em vista do sistema de trabalho adotado nos laranjais, que incluía desde o assalariamento até o sistema de meação.

Tabela 3 - Comparação dos dados relativos ao número de propriedades agrícolas no município de Nova Iguaçu entre 1920 e 1940.

Tamanho das glebas.	1920	1940
Até 40 hectares	213	1.451
De 41 a 200 hectares	29	62
Mais de 200 hectares	38	18

Fonte: Soares, 1960.

A tabela apresentada a seguir mostra a produção citrícola de Nova Iguaçu, entre os anos de 1941 a 1945.

Tabela 4 - PRODUÇÃO DE LARANJAS (CAIXAS) EM NOVA IGUAÇU NO PERÍODO DE 1941 A 1945.

ANO	MERCADO EXTERNO	MERCADO INTERNO	TOTAL	VALOR EM Cr\$ 1.000
1941	888.844	665.800	1.554.644	38.217
1942	553.173	690.000	1.243.142	22.810
1943	546.173	580.000	1.126.175	23.108
1944	550.161	610.000	1.160.161	22.916
1945	554.147	780.000	1.334.147	29.966

Fonte: PEREIRA, 1977.

Pela tabela 4 podemos verificar que no auge da produção citrícola Nova Iguaçu produziu aproximadamente 1,5 milhões de caixas de laranjas, cuja parcela significativa deste total foi destinada para mercado interno. Posteriormente, parte expressiva da produção chegou a ser exportada para países como Inglaterra, Argentina, Holanda, França, Bélgica, Alemanha, Suíça, Chile, Dacar, Noruega, Finlândia e Suécia. Nova Iguaçu também processava em suas “Packing Houses” (galpões com máquinas que faziam a seleção, tratamento e embalagem dos frutos) a produção cítrica que provinha de Campo Grande, Santa Cruz e Bangu (na cidade do Rio de Janeiro).

O progresso engendrado pela laranja fez com que o poder público investisse na abertura, melhoria e construção de estradas para facilitar a vazão da produção bem como o acesso dos moradores à sede do município. Os exemplos desses investimentos foram a criação da Rodovia que liga a cidade do Rio de Janeiro a Petrópolis, Washington Luís (BR – 135), a estrada Rio-São Paulo e a avenida Automóvel Clube. Outra medida adotada foi a eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil em 1938 até Nova Iguaçu atingindo Japeri em 1943 em conjunto com a adoção da tarifa única, que facilitou, sobremaneira, o acesso da população proletária a este meio de transporte e seu deslocamento em termos de moradia.

Nesse contexto, a estrada de ferro continuava sendo de suma importância para a economia local, pois era através dela que os comerciantes recebiam sua mercadoria, a indústria importava sua matéria-prima e enviava a produção e, finalmente, era através dos trilhos que a laranja era levada diretamente até o porto do Rio de Janeiro.

Na análise de Soares:

Até o fim do ciclo da laranja, a cidade de Nova Iguaçu nada mais foi que duas longas ruas, uma de cada lado da estrada de ferro, e nelas se alinhavam residências e estabelecimentos comerciais, sendo que estes, assim como a praça, o cinema, a prefeitura e a matriz, se situavam nas proximidades da estação (1960, p. 74.).

Abreu tem uma visão semelhante à de Soares quando analisa o processo de ocupação dos subúrbios cariocas. Para o autor:

O processo de ocupação dos subúrbios tomou, a princípio, uma forma tipicamente linear, localizando-se as casas ao longo da ferrovia e, com maior concentração em torno das estações. Aos poucos, entretanto, ruas secundárias, perpendiculares à via férrea, foram sendo abertas pelos proprietários de terras ou por pequenas companhias loteadoras, dando início assim a um processo de crescimento radial, que se intensificaria cada vez mais com o passar dos anos (1996, p. 50).

Em relação à diferenciação espacial entre os distritos formadores do município de Nova Iguaçu, assinala o documento da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM):

Na época do apogeu da citricultura, três áreas de características diferentes podiam ser distinguidas nos distritos que então formavam o município de Nova Iguaçu. A primeira, compreendendo os distritos de Cava, Queimados, Xerém e Estrela, caracterizava-se por uma população rarefeita, pelo relevo acidentado e pela presença de pântanos, florestas e latifúndios. A segunda correspondia ao distrito sede, intensamente aproveitado pela citricultura, apresentando uma numerosa população rural e terras já fragmentadas. Numa terceira área, mais próxima ao então Distrito Federal, e compreendendo os distritos de Nilópolis (antigo São Mateus), São João de Meriti e Duque de Caxias, a urbanização fazia notáveis progressos (1977, p. 18).

Em fins da década de 30, a força de trabalho da região distribuía-se entre atividades sazonais de plantação, colheita e armazenamento de laranjas nos grandes barracões; a agricultura de pequenos sítios alugados nos arrabaldes e voltada para a subsistência e comercialização do excedente; e, por fim, nas olarias de tijolos e telhas. Entretanto, os laranjais, os barracões de beneficiamento e as olarias não impediram que o eixo da relação com a terra se transferisse, gradualmente, para a órbita da indústria.

Como dito anteriormente, o ciclo da laranja em Nova Iguaçu fez-se entre os anos de 1920 e 1940, sendo que a partir deste último ano começou sua definitiva decadência. Vários fatores levaram ao declínio desta cultura: um deles foi a deflagração da Segunda Guerra Mundial, conflito no qual foi interdita a navegação comercial face ao perigo dos ataques às embarcações; dessa maneira, os navios frigoríficos que levavam a laranja para a Europa não mais aportaram no Rio de Janeiro e a produção não pode mais ser escoada.

Outros fatores como a falta de armazéns frigoríficos que pudessem armazenar a produção bem como o transporte rodoviário deficiente face à crise do combustível fez com que parte dos frutos apodrecesse nos pés, originando, dessa forma, a praga conhecida como “mosca do mediterrâneo” (*Ceratis capitata*)¹⁴.

O aparecimento dessa mosca nos laranjais iguaçuanos ocasionou expressiva queda na produção. Os agricultores não souberam como atacar esse mal nem tiveram o devido apoio governamental para isso. Assim sendo, os produtores da Bacia do Prata beneficiaram-se, uma vez que souberam como se precaver do ataque da praga importando do Brasil seu predador natural (uma vespa denominada cientificamente de *Tetrastichus giffandianus*).

Soares fala da situação dos pomares:

Ao findar o conflito mundial, a situação da citricultura nacional era calamitosa, a produção reduzira-se de 50% e a qualidade da fruta estava muito prejudicada. Os pomares que haviam restado, mal tratados e prejudicados pelas pragas, apresentavam rendimento baixíssimo (1960, p. 77).

Outro golpe dado à citricultura iguaçuana foi ao findar da Grande Guerra quando a produção total não satisfazia sequer o consumo interno. Neste momento

¹⁴ A “mosca do Mediterrâneo” é um tipo de mosca originária da África do Norte cuja larva ataca os frutos provocando seu rápido apodrecimento.

quando o comércio internacional do fruto havia se reanimado, oferecendo bons preços ao produto, o governo proibiu a exportação da laranja com o intuito de atender primeiramente ao mercado interno.

Os produtores que conseguiram manter seus pomares em boas condições durante a crise foram prejudicados com essa medida e abandonaram a cultura procurando outros meios de sobrevivência. A crise afetou todos os setores da economia iguaçuana, desde os pequenos comerciantes até a indústria de beneficiamento do produto.

A partir desse momento cidade buscou novos elementos para que pudesse se reerguer, dada a ruína da laranja, assumindo novas funções, buscando, enfim, valorizar elementos que fizessem com que a urbe crescesse durante todo esse tempo. Neste caso, tendo em conta a sua posição geográfica privilegiada frente à expansão da cidade do Rio de Janeiro.

Sobre tais questões, Soares esclarece:

O primeiro desses elementos seria a sua situação à margem da principal estrada que ligava a capital ao interior, a linha tronco da Central do Brasil. Essa importante ferrovia, em 1938, fora eletrificada até Nova Iguaçu e, em 1943, prolongara-se esse melhoramento de Nova Iguaçu a Japeri. Foi, pois, no limiar da grande crise que a revalorização de um antigo elemento de sua posição veio favorecer a cidade, ampliando as suas possibilidades de sobrevivência (1960, p. 77).

O fim do ciclo da laranja marca o início da transição e a transformação do espaço da Baixada Fluminense através do fracionamento das terras.

O próximo item da dissertação coloca em destaque a dimensão espacial do processo de ocupação do território de Nova Iguaçu, mostrando os desdobramentos de um crescimento desigual entre os distritos formadores do município em questão.

1.4 A DINÂMICA POPULACIONAL E ESPACIAL.

O desenvolvimento capitalista, como é sabido, gera distribuição desigual dos ganhos. Foi o que aconteceu também com a região de Iguaçu durante seu crescimento como município pois, de certa forma, a centralidade exercida frente a seus distritos permitiu marcadas diferenciações .

A integração da região de Iguaçu foi orientada pelas vias de circulação, o que as tornou o principal agente de conexão entre o município e o restante da região. Nova Iguaçu tornou-se, no início do século XX, uma aglomeração bem individualizada quanto ao meio rural circundante e o centro dinâmico do município.

Formado à época da citricultura por nove distritos (Nova Iguaçu, Queimados, Cava, São João do Meriti, Bonfim, Xerém, Nilópolis, Caxias e Estrela), o município viu sua população, tanto rural quanto urbana, aumentada em decorrência da prosperidade gerada pela citricultura. Porém, segundo Soares (op. cit.), inicialmente Nova Iguaçu não chegou a assumir importância como centro urbano devido à sua proximidade com o município do Rio de Janeiro. De acordo com a autora, essa contigüidade limitava as funções de Nova Iguaçu como simples entreposto avançado da metrópole carioca.

A movimentação comercial da laranja trouxe benefícios à cidade do Rio de Janeiro em virtude da grande circulação gerada no seu porto bem como o movimento bancário e da riqueza gerada pelos exportadores da fruta. A proximidade com a metrópole carioca fez com que Nova Iguaçu não exercesse influência sobre seus distritos. Desse modo, tais áreas passaram a ter existência quase que

autônoma em relação à sede municipal a tal ponto que, com o correr dos anos, transformaram-se em outros tantos municípios¹⁵.

Antes de analisar as emancipações ocorridas no município de Nova Iguaçu deve-se levar em consideração que os processos político-administrativos ocorridos durante a década de 40 do ponto de vista institucional guardam pouca semelhança com aqueles que ocorrem atualmente. Nos anos 30, o país vivia sob a égide de um estado centralizador, autoritário e intervencionista, portanto falar em liberdade política e nos procedimentos daí decorrentes representava um questionamento contra a ordem estabelecida. No entanto no pós-guerra o sistema político implantado pelo Estado Novo já demonstrava sinais de fraqueza.

Segundo Noronha (1997), um processo de emancipação que leve à constituição de um poder local político e administrativamente delimitado é produto de uma série de fatores que podem configurar momentos específicos. A aspiração de uma comunidade à autonomia surge por diversas razões, sendo múltiplas as motivações que envolvem tal processo. Noronha lista quatro ordens de motivações para os processos emancipatórios, quais sejam: administrativas, econômicas dinâmicas, econômicas por estagnação e políticas. Esta classificação será utilizada para definir as motivações que levaram aos desmembramentos dos distritos pertencentes a Nova Iguaçu.

O primeiro distrito a desmembrar-se de Nova Iguaçu foi o de Caxias (que fora elevado a 8º Distrito de Nova Iguaçu em 1931 pelo então interventor federal Plínio Casado). Neste caso o autor exemplifica a combinação da motivação econômica dinâmica com a motivação administrativa uma vez que à época de sua

¹⁵ Essa questão voltará a ser examinada mais detidamente no capítulo 3 da dissertação.

emancipação, o distrito possuía condições de autonomia, posto que sua base econômica permitia a sustentação do novo município ao mesmo tempo em que a demanda da comunidade por serviços públicos não era atendida.

Vários fatores contribuíram para criação de uma consciência emancipacionista em Caxias, dentre eles destaca-se a expansão territorial do município de Nova Iguaçu que fez com que a administração deste não pudesse tratar do mesmo modo todos os distritos. Outro fator foi a criação, através do decreto nº 5141, do Fundo Especial para a construção da rodovia federal Rio-Petrópolis: essa rodovia começou a ser construída em 25 de março de 1927, gerando considerável desenvolvimento para a região (PRADO, 2000).

Nos anos 40, Caxias possuía uma população que já atingia a casa dos 100.000 habitantes e foi nesta década que começou a ser construída a Fábrica Nacional de Motores (FNM), inicialmente projetada para a produção de motores de aviões e que veio a ser transformada, mais tarde, em sociedade anônima, passando a fabricar caminhões pesados.

Embora possufsse uma economia vigorosa e uma população em franco crescimento, Duque de Caxias não dispunha da maioria dos serviços públicos, uma vez que estes se encontravam apenas no distrito sede, ou seja, em Nova Iguaçu. A presença do governo municipal era notada apenas na coleta de impostos, o que fez com que a elite local fosse seduzida pelo projeto emancipacionista.

Em 1943 foi criado, através do Decreto nº 1055, o município de Duque de Caxias cujos prefeitos foram nomeados pelo interventor federal até 1947, quando então se deu a primeira eleição. No processo de emancipação de Caxias, o distrito de São João de Meriti passou a pertencer ao novo município.

O mapa abaixo mostra a perda territorial correspondente às primeiras emancipações sofridas pelo município de Nova Iguaçu.

Mapa 3 - Desmembramentos municipais ocorridos em Nova Iguaçu entre 1833 e 1947.



Fonte: Menezes, Dias & Costa, 2003.

Na divisão territorial fixada pelo Decreto Lei Estadual nº 1055 de 31 de dezembro de 1943 para vigorar no quinquênio 1944-1948, o município de Nova Iguaçu figurava então com os 5 distritos: Nova Iguaçu, Belford Roxo, Cava, Nilópolis e Queimados, tendo perdido o distrito de Caxias (agora Duque de Caxias), Estrela (agora Imbariê) e Meriti, os dois últimos que foram constituir o novo município de Duque de Caxias, e o distrito de Bonfim, que foi extinto.

Em junho de 1947 o distrito de Nilópolis, que por muito tempo esteve vinculado e fazia parte integrante da vida de São João de Meriti, então 4º distrito de Nova Iguaçu, teve seu pedido de emancipação solicitado pelo político Manuel Reis, e foi elevado a 7º distrito de Nova Iguaçu. Com a discussão da Nova Carta Constitucional do estado do Rio de Janeiro, o deputado Lucas de Andrade Figueira propôs uma emenda, promulgada a 20 de junho, emancipando Nilópolis (OLIVEIRA, 2004).

A localidade de São João de Meriti, então distrito de Duque de Caxias, emancipou-se deste através do mesmo Ato das Disposições transitórias da Constituição do Estado do Rio de Janeiro que elevou Nilópolis à condição de município fluminense. De acordo com a classificação proposta por Noronha, a emancipação destes distritos foi fruto de motivação política, pois consistiu na tentativa de grupos de lideranças locais formarem uma nova área de influência através de um novo núcleo administrativo.

Os desmembramentos dos territórios de Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis, todos na década de 40, fizeram com que o município sede perdesse uma área de aproximadamente 523 Km². De acordo com Soares (1960), as sedes municipais de São João de Meriti e Nilópolis deveram sua condição oficial de cidades ao papel acolhedor do excesso de população do município do Rio de Janeiro. Neste sentido, eles podem ser qualificados como verdadeiros subúrbios dormitórios pois apresentavam neste período elevado grau de absorção pela metrópole carioca.

Diferentemente destes municípios, Duque de Caxias e Nova Iguaçu foram cidades que cresceram desmesuradamente em decorrência do exercício de múltiplas e importantes funções. Na visão da autora, eles não podem ser enquadrados na mesma categoria dos municípios anteriormente enunciados.

2 DA AGRICULTURA À INDÚSTRIA E À URBANIZAÇÃO.

Entre os anos de 1945 e 1980, a sociedade brasileira sofreu intensas transformações estruturais e conheceu taxas elevadas de desenvolvimento econômico. O país passou de uma sociedade predominantemente rural, cujo dinamismo era calcado na exportação de produtos primários de base agrícola, para se conformar numa sociedade urbano-industrial. Nesse sentido, entende-se como necessária uma discussão acerca da temática da urbanização e da industrialização em um país localizado na periferia da economia mundial e de uma economia sobejamente dependente. É o que se pretende mostrar em seguida.

De acordo com Davidovich (1984), a urbanização no Brasil se constituiu em instrumento de integração do país no sistema capitalista, uma estratégia de modernização sustentado pelo Estado e pela indústria que envolvia os setores privados nacionais e estrangeiros e o setor público.

A intensificação do processo de urbanização dá-se no pós Segunda Guerra no momento em que o setor secundário passa ao comando da economia nacional. Apesar das discontinuidades no ritmo e de lacunas da estrutura industrial, o desempenho econômico do país entre 1945 e 1980 traduziu-se, segundo Davidovich, na multiplicação do PIB em mais de dez vezes. A população urbana, no mesmo período, sofreu aumento superior a 69 milhões de pessoas.

De acordo com Faria:

Ficou para trás a sociedade predominantemente rural, cujo dinamismo fundava-se na exportação de produtos primários de base agrícola, e emergiu uma complexa e intrigante sociedade urbano-industrial. Complexa porque marcada pelos processos que constituíram, entre nós, uma das maiores economias contemporâneas. Intrigante porque, afora sua complexidade e seu tamanho, essa economia de base urbano-industrial

localizada na periferia da economia mundial crescentemente internacionalizada esteve – e está – longe de apresentar as características das sociedades industriais avançadas. (1991, p.102).

Tais mudanças também tiveram como conseqüência a ampliação do setor terciário no que diz respeito às funções relativas à circulação do capital e das mercadorias bem como o crescimento dos serviços públicos e administrativos e das ocupações de baixa produtividade, como biscateiros, vendedores autônomos, empregos domésticos, entre outros.

A configuração territorial da urbanização teve no Sudeste seu grande foco de concentração e figura-se entre os fatores desse agrupamento o fato da industrialização ter sido conduzida pela indústria de bens duráveis e apoiada em bases técnicas que envolviam a interdependência de vultuosos projetos (DAVIDOVICH, OP. CIT.). Dessa forma a grande indústria foi atraída para as áreas de mercado mais consolidadas, tais como as Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo.

Para Faria (Op. Cit.) o processo de urbanização brasileiro apresenta dupla característica:

Por um lado, concentra grandes contingentes populacionais – em termos de tamanho absoluto – em um número reduzido de áreas metropolitanas e grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, outras áreas metropolitanas e capitais regionais e sub-regionais; por outro, alimenta o crescimento da população urbana de um número grande – e crescente – de cidades de diferentes tamanhos que se integram num complexo padrão de divisão territorial do trabalho social tanto entre o campo e a cidade como entre as cidades (p. 103).

Nesse sentido, este capítulo tem por objetivo principal avaliar o processo de urbanização e industrialização do município de Nova Iguaçu, contextualizando-o na dinâmica da formação industrial da metrópole fluminense.

2.1 DA AGRICULTURA À INDÚSTRIA.

Findo o ciclo de prosperidade proporcionado pelo cultivo da laranja, o município de Nova Iguaçu buscou se reestruturar com base naquilo que podia melhor oferecer, ou seja, seu posicionamento geográfico frente à metrópole.

O movimento de passagem de uma economia de base agrícola para uma economia de base industrial não se processa de modo automático, como assinala Silva:

A passagem à industrialização não se faz automaticamente, pelos simples jogos das pretendidas leis naturais da economia. Ela é resultado de um sistema complexo de contradições sociais. Representa uma ruptura com o passado (inclusive o período imediatamente anterior à industrialização) que é a consequência de um conjunto de lutas econômicas e, sobretudo, lutas políticas e ideológicas (1976, p. 18).

No caso de Nova Iguaçu essa ruptura com o passado agrícola se deu em um momento no qual o município do Rio de Janeiro novamente se materializava na conquista e influência de sua área contígua; esta relacionava-se ao processo de industrialização que atingiu o país no pós-guerra, conhecido como Substituição de Importações. Tal estratégia consistia na implantação progressiva das chamadas indústrias de bens de consumo duráveis e de bens de capital. Nesta estratégia, coube à Região Sudeste, representada, sobretudo por São Paulo e Rio de Janeiro, um papel decisivo posto que concentravam parte do investimento dessas indústrias.

Esta ocasião ficou marcada como ponto de inflexão da mudança de um país essencialmente agrário para um país de características urbano-industriais. Neste contexto, a década de 50 marca também a vinda de uma massa de migrantes que teve como destino os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, na procura das oportunidades oferecidas por esses empreendimentos. Essa massa populacional

buscou moradia na periferia imediata dados os altos preços impostos pelo mercado imobiliário nas capitais. No caso fluminense a exclusão desta população de baixa renda fez com que ela se dirigisse às cidades da Baixada Fluminense transformando-as em cidades dormitório¹⁶.

Foi nessa conjuntura que se inseriu Nova Iguaçu, ou seja, em um quadro de expansão econômica do Brasil e da cidade do Rio de Janeiro onde o município, após a crise da laranja e o conseqüente retalhamento das fazendas em loteamentos, buscou criar condições para a atração das indústrias que se instalavam e, conseqüentemente, de trabalhadores nas quais eram empregados ou então que se ocupavam de prestação de serviços na capital da República.

No diagnóstico de Soares, com relação à expansão física e à condição de dormitório da cidade:

A pequena aglomeração, que se alongava à margem da estrada de ferro, no sopé da Serra de Madureira, expandiu-se pela planície vizinha, escalou os declives mais suaves da montanha próxima, e se transformou num fervilhante subúrbio, do qual partem diariamente milhares de pessoas, utilizando-se de trens, ônibus e lotações, para exercerem sua profissão em diversos locais de trabalho na metrópole. À tardinha, regressam todos e, é, então, que um extraordinário movimento anima as ruas, os cafés e o comércio. Intermináveis filas de passageiros se alongam nas duas estações rodoviárias, para onde convergem lotações e pequenos ônibus, que os transportarão para diferentes pontos de Nova Iguaçu ou para outras localidades, dentro de sua área de influência (1960, p. 37).

Nova Iguaçu oferecia elementos necessários à vida urbana como um comércio numeroso e diversificado, estabelecimentos educacionais, religiosos, médicos, etc. Enfim, apresentava toda uma estrutura urbana que se formara antes da cidade tornar-se um subúrbio do Rio de Janeiro. Esse fato diferenciava Nova Iguaçu de suas vizinhas Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti, pois seu o

¹⁶ O conceito de cidade dormitório aqui utilizado refere-se aos municípios que, proporcionalmente ao seu PIB, menos desenvolvem atividades econômicas, servindo basicamente de local de moradia para uma população que exerce sua atividade econômica em outro município ou que são aposentados (CIDE, 1998, p. 39).

passado urbano fez com que ela assumisse papel de centralidade frente aos demais subúrbios da Baixada Fluminense. Segundo Soares (op. cit.), essa centralidade ocorria também em função da posição de contato de três áreas morfologicamente diversas, quais sejam, a planície, a serra de Madureira e a zona dos morros.

A cidade buscava na industrialização a saída para a crise provocada pela decadência da laranja. Desta forma, novas áreas foram sendo ocupadas, notadamente por conta do saneamento da Baixada e pela abertura da moderna rodovia Presidente Dutra, que cortava estrategicamente a cidade.

Nova Iguaçu assumiu junto aos municípios da Baixada Fluminense o papel de centro industrial e de dormitório da população. Para ostentar tais funções, deixou de exercer outras que lhe proporcionaram durante vasto tempo a condição de cidade, como é o caso do papel de estação ferroviária, pois, com o advento da nova rodovia, deu-se o abandono quase que por completo do transporte ferroviário. Este abandono se deu em função da opção automobilística adotada pelo país na construção de sua nova imagem de moderno.

Em relação à centralidade do município de Nova Iguaçu frente aos seus vizinhos imediatos, Furlanetto et alii dizem:

Nova Iguaçu, por ser um município que apresenta ainda algumas características antigas como, por exemplo, áreas perirurais junto à Serra de Madureira e por ter sofrido um processo de grandes transformações no urbano e estar funcional e espacialmente integrado à metrópole carioca, se distingue dos demais subúrbios periféricos do Rio de Janeiro, como Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti. Este é um município que, além de ter características marcantes, é o único entre todos os da periferia que apresenta maior tendência de autonomia de funções em relação ao município do Rio de Janeiro (1987, p.34).

O próximo item analisa o processo de urbanização e metropolização da região de Iguaçu no contexto de expansão da indústria nacional, bem como o

processo de migração em massa experimentado pelos grandes centros urbanos brasileiros no pós-Segunda Guerra Mundial.

2.2 INDÚSTRIA, URBANIZAÇÃO E METROPOLIZAÇÃO.

A área metropolitana do Rio de Janeiro é o resultado do desenvolvimento de um núcleo, qual seja, a cidade do Rio de Janeiro, que, dilatando gradativamente as suas funções, constituiu vínculos cada vez mais estreitos com sua periferia imediata. O acréscimo de atividades no interior do espaço metropolitano resultou na expansão e adensamento da rede urbana, urbanização dos espaços rurais, absorção de antigos núcleos independentes e na criação de novos centros urbanos.

As Regiões Metropolitanas foram instituídas em 1973, quando a Lei complementar nº 14 foi institucionalizada, em obediência à Emenda Constitucional nº 1 de 17 de outubro de 1969. A Região Metropolitana do ERJ só veio a ser implantada no momento em que se estabeleceu a fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, através da Lei complementar nº 20 de 1º de Julho de 1974.

Das nove Regiões Metropolitanas institucionalizadas no Brasil, a RMRJ era à época a que possuía maior densidade populacional (1.095 hab/Km²), a de maior grau de urbanização (96,6%) e era responsável pela geração de 80% da renda interna do estado e de 13% da renda nacional (FUNDREM, 1977). Este subitem da dissertação busca expor como se deu a formação desta Região Metropolitana.

A expansão da metrópole em direção à região da Baixada Fluminense processou-se, segundo Soares (op. cit.), de forma descontínua e desordenada

através de núcleos esparsos e de origens diferentes. De acordo com a autora, a dispersão do povoamento nesta região ocorreu desta maneira em consequência da facilidade de comunicação entre os diversos pontos desta região.

Dentre as formas de incorporação do espaço contíguo ao município do Rio de Janeiro, ou seja, a Baixada Fluminense, podem ser reconhecidas as seguintes: a ampliação espontânea dos aglomerados em torno das estações ferroviárias, os loteamentos constituídos nas vizinhanças dessas estações, os loteamentos ou instalações industriais ao longo das principais rodovias, o crescimento dos núcleos urbanos antigos ou de núcleos modernos exclusivamente industriais (SOARES, OP. CIT.).

Destas, a forma mais antiga de ocupação foi a da constituição espontânea de núcleos em torno das estações ferroviárias. As facilidades proporcionadas pelo transporte de fácil acesso à população de baixa renda, permitindo assim alcançar os longínquos locais de trabalho, promoveram um crescente movimento em direção à periferia. Antes do saneamento da Baixada Fluminense este movimento resumiu-se às localidades situadas ao longo da via férrea e com o advento do saneamento, foi permitida à população a ocupação de áreas antes inabitadas.

A maneira mais generalizada pela qual se realizou a ocupação da Baixada foi o loteamento. O saneamento da Baixada Fluminense colocou à disposição do capital grandes unidades fundiárias para serem loteadas.

Na visão de Soares:

As necessidades de moradia de uma população que crescia rapidamente, assim como a extraordinária desvalorização da moeda, levando à população da metrópole à prática generalizada de aplicar suas pequenas economias na compra de lotes nessa área, aliada às facilidades proporcionadas pela rede de estradas da região foram fatores de enorme sucesso desse tipo de empreendimento e da extraordinária valorização das terras da baixada. Não pode ela, assim, depois de saneada, se reconstituir como zona agrícola, apesar de ter sido este o objetivo inicial de seus saneadores (op. cit. p.23).

O desmantelamento dos laranjais, combinado com a crescente necessidade de lotes para a construção de moradias, fez com que os produtores buscassem no fracionamento de suas terras, transformando-as em loteamentos, a salvação dos investimentos feitos anteriormente.

Esta divisão das terras iguaçuanas em lotes tem na justaposição do declínio dos laranjais com um “boom” imobiliário na sede do município carioca sua causa. Presencia-se o parcelamento da terra em pequenos lotes residenciais para venda direta ou para a construção e venda ou aluguel de casas (PEREIRA, 1977; SOARES, 1960; ABREU, 1996).

Nesse período, a cidade do Rio de Janeiro necessitava de áreas próximas para promover sua expansão. Seriam áreas de terrenos baratos e servidos por transporte para abrigar a população de trabalhadores que para ela afluía, e que era atraída pela expansão do mercado de trabalho na capital. Antes disso, ainda de acordo com Soares, a vitalidade dos laranjais funcionou como uma barreira à onda urbanizadora que se processava ao longo dos trilhos da Central do Brasil e de outras ferrovias; mas que com a crise da citricultura essa barreira foi derrubada.

Como aludido anteriormente, fatores como a inflação, valorizando extraordinariamente as terras da cidade e os problemas de moradia cada vez mais

prementes para a crescente população carioca foram os elementos impulsionadores da especulação em torno das terras do município de Nova Iguaçu e da Baixada Fluminense como um todo.

Dados da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – FUNDREM – revelam que, na década de 50, a oferta de lotes cresceu a uma taxa duas vezes maior que a população do município. No final da década registrava-se um lote para menos de um habitante.

A tabela 5 demonstra a grande onda de loteamentos no município de Nova Iguaçu.

Tabela 5 – Número de loteamentos e de lotes por localização e por década de aprovação (Período 1940-1976).

Municípios	1940 - 1949		1950 – 1959		1960 – 1969		1970 - 1976	
	Nº de loteamentos	Nº de lotes	Nº de loteamentos	Nº de lotes	Nº de loteamentos	Nº de lotes	Nº de Loteamentos	Nº de lotes
Niterói	14	4.419	26	4.995	9	1.622	17	3.092
São Gonçalo	130	38.617	295	82.614	82	19.510	76	15.724
Duque de Caxias	65	36.959	205	86.299	126	44.386	92	15.095
Nova Iguaçu	367	25.592	917	166.816	460	72.293	204	45.572
São João de Meriti	14	10.386	45	19.623	29	3.479	6	1.244
Nilópolis	1	88	1	461	-	-	-	-

Fonte: Abreu, 1997.

A outra forma aludida sobre a integração da Baixada Fluminense refere-se à localização das indústrias. Estas utilizavam mão-de-obra predominantemente local, na sua maioria com baixo poder de organização e com salários mais baixos que os pagos na capital, não obstante, empregavam técnicos e trabalhadores especializados procedentes da metrópole carioca.

Fatores como a abundância de água, facilidade de aquisição de grandes áreas por preços acessíveis, disponibilidade de uma rede rodoviária estabelecida e das conexões possíveis entre esta rede, foram os fatores determinantes na decisão de se alocarem as indústrias na Baixada Fluminense.

Outra forma mencionada sobre a integração da região à metrópole carioca foi através de pequenos e antigos centros urbanos da Baixada que da mesma forma que os outros fatores, se processou em função da maior proximidade decorrente da facilidade de transporte para o núcleo metropolitano.

Nota-se nos fatores de integração descritos acima que tanto a ferrovia quanto a rodovia agiram como agentes urbanizadores da Baixada Fluminense - seus traçados determinaram a ocupação do espaço na região.

2.2.1 CRESCIMENTO INDUSTRIAL E URBANIZAÇÃO NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.

O período do Pós-Segunda Guerra Mundial marca um importante momento no que diz respeito à configuração espacial brasileira, pois foi neste intervalo de tempo que ocorreu um amplo fluxo migratório em direção aos grandes centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, levando a uma inversão na distribuição populacional e consolidando o espaço urbano como irradiador de um capitalismo industrial com forte presença estatal.

Anteriormente, de acordo com Singer (1977), havia restrições à mobilidade espacial de ordem econômica e psico-sociais que, segundo o autor, “prendiam” os agregados, colonos e parceiros ao senhor da terra. Esses laços eram garantidos por verdadeiros “exércitos” particulares de capangas. Essas milícias foram sendo

contidas depois de 1930 com a chegada de Vargas ao poder, anulando, desta maneira, os laços que mantinham as pessoas “presas” ao empregador.

As alterações na configuração espacial brasileira corresponderam aos ajustes na dinâmica econômica que esses locais empreenderam. Para Singer (op. cit.), a combinação entre a política industrializante do primeiro governo Vargas juntamente com a criação de uma legislação trabalhista aplicável unicamente às áreas urbanas, proporcionaram um padrão de vida substancialmente mais alto que o das massas rurais que foram atraídas para as cidades.

Outro fator, lembrado por Castells (1983), que também explica a grande massa de migrantes em direção aos centros urbanos é o da desorganização da sociedade rural, resultante da contradição entre o aumento acelerado da população, e a manutenção das formas improdutivas da propriedade latifundiária. Essas circunstâncias fizeram com que a população urbana, que nos anos 40 não ultrapassava 32% do total, superasse a população rural nos anos de 1960.

De acordo com Castells (op. cit.), algumas características básicas das aglomerações urbanas nas situações de dependência referem-se às suas origens, ou seja, do processo de decomposição da estrutura produtiva agrária e artesanal. Além disso, as cidades das sociedades dependentes são a expressão espacial da concentração dos meios de produção de unidades de gestão e de meios de reprodução da força de trabalho necessária. A articulação histórica desses dois fatores produz, na visão do autor, o chamado “dualismo” das estruturas urbanas latino-americanas.

Penalva Santos (2003), da mesma linha de pensamento de Castells, descreve que a marcha em direção aos grandes centros urbanos retratou o aprofundamento

do processo de industrialização e a manutenção de uma estrutura fundiária obsoleta que expulsava os trabalhadores do campo para as cidades, mesmo que estas não gerassem tantas oportunidades de emprego necessárias para absorvê-los. Foi esta marcha que deu início ao processo de metropolização no Brasil.

Considerável parte dos migrantes era procedente de áreas estagnadas do Nordeste¹⁷ em busca de oportunidades na região Sudeste. Dois destinos tiveram estes migrantes: ou ocuparam terrenos menos valorizados devido às dificuldades de acesso como os morros face às enchentes e inundações ou então buscavam moradia na periferia imediata da cidade, geralmente nos municípios da Baixada Fluminense, solidificando essas localidades como residência do proletariado.

A ocupação desses locais menos valorizados ocorreu, segundo Castellan (2002), devido à promoção imobiliária que, por meio de seus atores – proprietários de terra e a indústria da construção civil – gerou o monopólio do mercado de terras. Este mercado suscitou mudança no uso do solo ocasionando a sua valorização, tal mudança propiciou novas formas de estratificação sócio-espacial ao expulsar deste mercado a população de baixa renda.

Quanto ao aumento populacional de cidades como Nova Iguaçu, não pode ser explicado somente pela taxa de natalidade e de fecundidade. Tal processo explica-se mais pela absorção de contingente populacional não oriundo do município.

O crescimento da Baixada Fluminense seria, de acordo com Abreu (1997), ligado a quatro fatores, a saber: a obras de saneamento realizadas na década de 30

¹⁷ De acordo com o Documento Básico da Área Metropolitana da Guanabara, somente no período entre os anos de 1950 e 1959 migraram para essa região em torno de 123.000 nordestinos. Nesse período foi implantada, segundo o documento, estradas terrestres ligando o Nordeste do Brasil ao Sudeste. Deve-se também considerar os efeitos das grandes secas de 1952 e 1958 (Área Metropolitana da Guanabara – Documento Básico).

pelo DNOS (através do Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense); a eletrificação da linha Central do Brasil a partir de 1935; a instituição da tarifa ferroviária única em todo o Grande Rio; e a abertura da avenida Brasil, feita por Dodsworth em 1946, permitindo desta forma a acessibilidade desses municípios ao Distrito Federal. Como se vê, a combinação de subsídios crescentes nas tarifas ferroviárias, ao lado da inauguração da avenida Brasil, foram fatores preponderantes no favorecimento do avanço populacional em direção aos municípios da Baixada.

Na análise de Souza Alves:

Com a tarifa única implantada nas linhas ferroviárias, o estado subsidiaria tanto o capital industrial como o imobiliário. Reduzia o custo da reprodução da força de trabalho para a indústria e repassava ao trabalhador a responsabilidade do problema habitacional, fazendo com que a parte do salário anteriormente gasta com os transportes fosse transferida para a compra do lote e auto construção (2003, p. 58).

Outros fatores também corroboraram para tal fato, como o baixo preço dos lotes oferecidos visto que estes não apresentavam benfeitorias nem exigências burocráticas para sua instalação e a abertura da rodovia Presidente Dutra, no ano de 1951, que permitiu a incorporação de novas áreas à malha urbana para a instalação de indústrias que, atraídas por incentivos fiscais, ocuparam as margens da rodovia. Os solos na margem desta rodovia sofreram significativa valorização, não permitindo, dessa forma, a disposição de loteamentos residenciais que, assim, se fixaram mais afastados do eixo rodoviário.

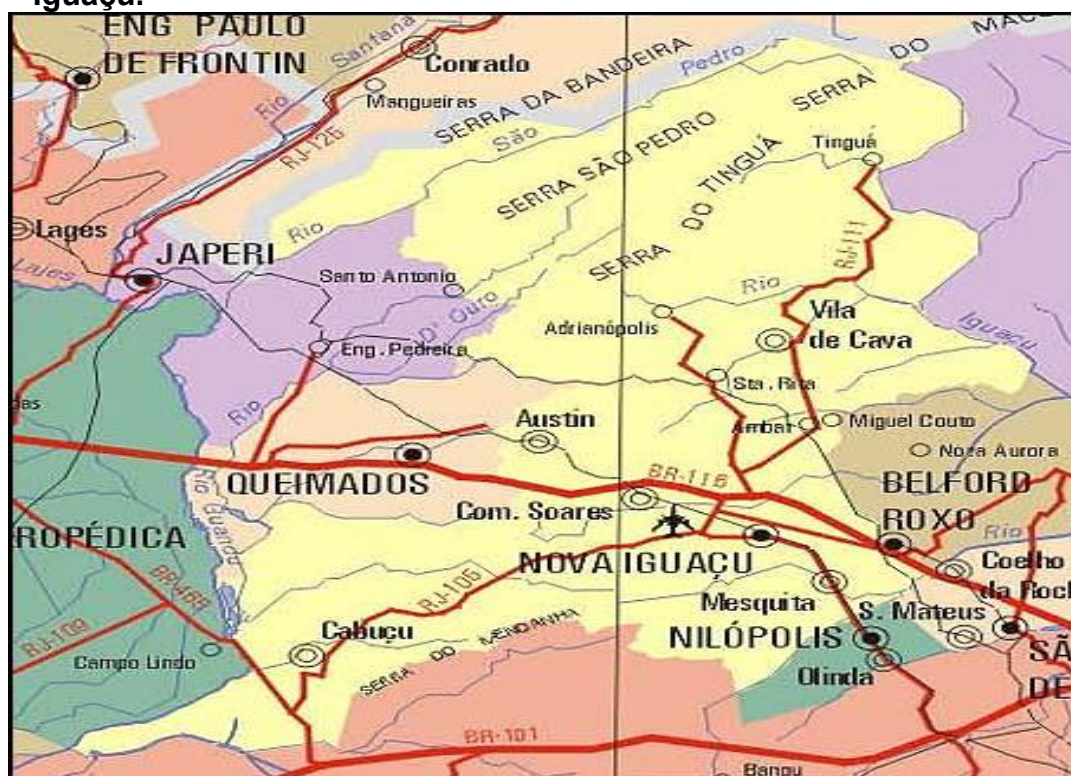
Sobre este fato, assinala Abreu:

Aberta ao tráfego em 1951, a rodovia Presidente Dutra foi responsável pela incorporação de diversas áreas à malha urbana carioca. Nas suas margens instalaram-se várias indústrias, para aí atraídas pelos incentivos fiscais (impostos mais baratos) oferecidos pelo antigo estado do Rio de Janeiro, que pretendia com isso reverter à queda da receita tributária que se seguiu a crise da citricultura. Embora afugentados das margens da rodovia pela valorização excessiva do solo, os loteamentos residenciais multiplicaram-se nos locais mais afastados do eixo rodoviário, especialmente no distrito sede

de Nova Iguaçu que, não mais contando com a laranja, integrou-se definitivamente à onda urbanizadora que varria a baixada a mais de uma década (1997, p. 121).

O mapa abaixo permite a visualização da rodovia Presidente Dutra cortando estrategicamente a Baixada Fluminense e a RJ-106, conhecida como Estrada de Madureira, ligando o município à Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. O desenho desta rodovia, abandonando o caminho existente entre o maciço do Mendanha-Gericinó e a serra de Bangu, passou a valer-se de outro corredor, situado mais ao norte, entre o maciço do Mendanha-Gericinó e a zona de morros que antecede a Serra do Mar (SOARES, 1960).

Mapa 4 – Principais rodovias que compõe o eixo rodoviário de Nova Iguaçu.



Fonte: CIDE.

Observação: Apenas para facilitar a leitura/visualização, registra-se o que segue: RJ 106, Estrada de Madureira; BR 101, trecho Rio de Janeiro – Santos; BR 116, rodovia Presidente Dutra (RJ-SP); BR 465, antiga rodovia Rio-São Paulo.

De acordo com Abreu (op. cit.), os anos seguintes ao Pós-Guerra se caracterizaram mais pelo adensamento da frente pioneira urbana do que pelo seu avanço no espaço. Neste período a Região Metropolitana do Rio de Janeiro passou a crescer mais em sua periferia do que em seu núcleo.

As taxas elevadas de crescimento populacional nesse período processaram-se, como já assinalado, através de fluxos migratórios duplamente induzidos, ou seja, através da saída forçada das populações mais pobres residentes no núcleo ou na periferia imediata (migração intra-metropolitana) e por meio de deslocamentos de pessoas que, vivendo fora da área metropolitana, eram atraídas pelas possibilidades de emprego e acabaram se enraizando nas cercanias da metrópole (ABREU, 1997).

O rápido crescimento experimentado pela RMRJ exacerbou uma série de desequilíbrios como aqueles verificados entre a oferta e a procura de habitações e serviços urbanos engendrando, desta forma, tarefas novas e complexas para os poderes públicos. O município de Nova Iguaçu caracterizava-se, à época, por ser local de moradia de uma população marcadamente proletária, que se deslocava diariamente para diversos pontos do Grande Rio de Janeiro. Essa população encontrou no município habitação a preços módicos, bem como lotes baratos e com facilidades para seu pagamento.

As construções realizadas por esta população caracterizam-se por serem rústicas e precárias, sendo que a prefeitura do município colaborou para tal fato na medida em que pouca exigência fazia para o controle das licenças para as edificações. Nestes termos, é possível supor que havia um certo interesse por parte das autoridades municipais na atração de novos moradores para Nova Iguaçu. Além

das construções do tipo proletária, verificou-se nos anos 50, um aumento importante de licenças para construções mais elaboradas.

Souza Alves confirma tal afirmativa:

Para abrigar a vaga populacional através dos loteamentos, as prefeituras locais realizarão seu papel de favorecer ao máximo o estabelecimento das pessoas em seus territórios. Taxas mínimas eram cobradas para serem aprovadas as plantas das obras, que eram impressas e fornecidas pela municipalidade. As construções clandestinas era toleradas, ocorrendo de forma esporádica e com intervalos longos de tempo uma legalização geral. [...] O que mantinha o preço acessível dos lotes ainda era a ausência de infra-estrutura, que nada incorporava de benfeitorias, e o mínimo de exigências burocráticas para as construções. Algo bem diferente do duro controle que o Estado estabelecia na cidade do Rio de Janeiro. (2003, p. 63 e 64).

De acordo com Soares, instalaram-se no município, neste período, um número de 27 firmas construtoras, 11 fabricantes de esquadrias, inúmeras olarias e pequenas fábricas de artefatos de cimento. Entre os anos de 1941 e 1946 foram concedidas 88 autorizações para loteamentos, sendo que entre 1952 e 1957, esse número subiu para 346. Mas, se aumentava o número de autorizações, diminuía o tamanho dos lotes. No ano de 1944 foram autorizadas em torno de 100 construções no município sede, no entanto, em 1957 foram autorizadas 1.860 construções neste local.

No que tange à ocupação dos munícipes, a tabela que segue mostra a distribuição da População Economicamente Ativa da Baixada Fluminense, numa comparação entre os Censos de 1940 e 1950. Depreende-se que o município de Nova Iguaçu experimentou mudanças significativas na sua estrutura ocupacional, destacando-se a indústria de transformação e o setor de transporte e de comunicações.

Tabela 6 - Distribuição da População Economicamente Ativa na Baixada Fluminense no período 1940-1950 (%).

Localização	Atividades agrícolas e extrativas		Indústria de Transformação		Comércio		Transporte e comunicações		Administração Pública e defesa nacional		Profissões liberais		Serviços e atividades liberais*		Condições inativas e outras profissões		Total (Em 1000)	
	1940	1950	1940	1950	1940	1950	1940	1950	1940	1950	1940	1950	1940	1950	1940	1950	1940	1950
Nova Iguaçu	17	20	22	26	8	8	9	10	7	5	1	0	10	11	26	18	55.145	54.101
Duque de Caxias	-	8	-	33	-	7	-	10	-	5	-	0	-	15	-	18	-	35.445
Nilópolis	-	1	-	28	-	12	-	11	-	12	-	1	-	18	-	13	-	16.971
São João de Meriti	-	2	-	35	-	8	-	11	-	8	-	0	-	15	-	19	-	28.387

* No Censo de 1950 este grupo aparece como prestação de serviços.

Fonte:

Abreu

(1997).

O período compreendido entre os anos de 1940 e 1950 é entendido como sendo de profundas mudanças na localização das empresas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Tal localização, nos anos 30, era determinada pela proximidade do centro da cidade carioca, ou seja, em locais já urbanizados da capital e com fácil acesso aos meios de transporte, buscando tirar o máximo de proveito das chamadas economias de aglomeração (ABREU, 1997).

Entretanto, a partir da segunda metade da década de 1930, essa situação começa a se alterar. Tanto a crise de 1929 quanto a Segunda Guerra Mundial tiveram papel determinante nesse processo, proporcionando à indústria possibilidades de expansão em setores ainda pouco desenvolvidos e estimulando a produção manufatureira. A adaptação a essa nova ordem associada a um aparato legal no sentido de afastar as indústrias da cidade do Rio de Janeiro fez com que as indústrias buscassem novas áreas na Baixada Fluminense.

O efeito multiplicador proporcionado pelo crescimento industrial nesse período refletiu-se, segundo Abreu (op. cit.): *“na geração de empregos no setor terciário; nas pressões exercidas sobre o poder público para a dotação de infraestrutura básica; na melhoria dos transportes intra e interurbanos; etc.”*

Nova Iguaçu, como periferia carioca, teve sua ocupação realizada sem o apoio estatal ou das concessionárias de serviço público: ou seja, a falta de planejamento na ocupação a destituiu de benefícios urbanísticos como esgotamento sanitário, cobertura asfáltica, tratamento de água, dentre outros.

A sociedade urbana brasileira que resultou do processo de crescimento nesse período apresenta-se, segundo Faria (1991), estruturalmente complexa, espacial, ocupacional e socialmente diversificada, isto é, uma sociedade unificada, mas heterogênea, segmentada e, sobretudo, profundamente desigual.

2.2.2 INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO DOS ANOS SESSENTA ATÉ A DÉCADA DE SETENTA.

Entre os anos sessenta e setenta, Nova Iguaçu continuou se destacando frente aos demais integrantes da Baixada Fluminense em relação ao crescimento da população urbana. Nesse período, o município apresentou uma taxa de crescimento geométrico da ordem de 7,3%, a mais alta taxa entre os municípios da Região Metropolitana. Tal aumento contribuiu para que no início dos anos sessenta, o município estivesse totalmente conurbado com os outros municípios da região metropolitana.

Na visão de Abreu (op. cit.), a transferência da capital carioca para Brasília em 1960 contribuiu para esta conurbação. O Rio de Janeiro, não sendo unificado ao restante do estado, passa a constituir-se numa nova unidade da federação, o estado da Guanabara. Como se sabe, a criação deste estado manteve o núcleo central separado do restante da região metropolitana gerando profundas diferenças entre as regiões referidas. Isso se conservou até o ano de 1975, quando ocorreu a fusão dos dois estados.

O período em que a cidade do Rio de Janeiro exerceu o papel de capital federal permitiu que, com a centralização das funções administrativas, fosse garantido um fluxo regular e estável de recursos. Mesmo com o baixo dinamismo da economia carioca à época esses recursos, em torno de 80% dos impostos recolhidos deveriam, por definição legal, ser aplicados dentro dos limites do território do município do Rio de Janeiro, deixando dessa forma áreas como a Baixada Fluminense como espaço de dormitório da massa trabalhadora.

Tamanha concentração de recursos transformou a capital do estado, na definição de Abreu em:

[...] uma metrópole de núcleo hipertrofiado, concentradora da maioria da renda e dos recursos urbanísticos disponíveis, cercada por estratos urbanos periféricos cada vez mais carentes de serviços de infra-estrutura a

medida em que se afastam do núcleo, e servindo de moradia e de local de exercício de algumas outras atividades às grandes massas de população de baixa renda. (1997, p. 17).

De acordo com Penalva Santos:

O privilégio da dupla arrecadação, num contexto de descentralização financeira subjacente à constituição então vigente, viabilizou o financiamento de um grande montante de investimentos em infra-estrutura, que resultou numa verdadeira 'reforma urbana'¹⁸ (2003, p. 140).

Tais investimentos públicos, implementados durante o período de vigência do estado da Guanabara, transformaram, segundo a autora, a estrutura urbana da cidade e contribuiu para redirecionar os vetores de sua expansão.

Em 1974, o governo federal anunciou a disposição de fundir os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, decisão que se concretizou no ano seguinte. Essa deliberação interrompeu a política de investimentos em grandes obras urbanísticas e redirecionou a atenção para os instrumentos fiscais e creditícios visando o estímulo à indústria (op. cit.).

No entanto, a fusão do Estado da Guanabara com o Rio de Janeiro não fez com que as expectativas de que a capital federal estimulasse a economia do restante do Estado fossem concretizadas. Desta forma as disparidades entre as regiões não diminuíram, contribuindo para transformar a Região Metropolitana do Rio de Janeiro na mais polarizada do país (op. cit.).

De acordo com Natal:

[...] a transferência da capital, a fusão e a crise do padrão de desenvolvimento nacional, que destacava o Estado, na medida em que foram se sucedendo, mostraram que o ERJ havia 'sobrevivido' à crise menos por suas potencialidades e mais pelas especificidades da sociedade carioca e as 'vicissitudes' da história brasileira e mundial. Essa crise, mais amíuade e dentre outras coisas, se expressou na defasagem tecnológica da estrutura produtiva e no conservadorismo de parcelas das elites econômicas (2002, p. 6).

¹⁸ Entre os projetos implementados, destacam-se: Túnel Santa Bárbara e Rebouças, Trevo dos Marinheiros, via expressa do aterro do Flamengo, Avenida Radial Oeste, Elevado e Túnel do Joá, e início da abertura do Túnel Dois Irmãos.

A mudança da função administrativa carioca, bem como a consolidação do processo de desenvolvimento industrial do estado de São Paulo contribuiu, segundo Penalva Santos (2003), para a significativa perda de atração demográfica em direção ao estado do Rio de Janeiro. Entretanto o município de Nova Iguaçu caminhou em sentido contrário a essa dinâmica.

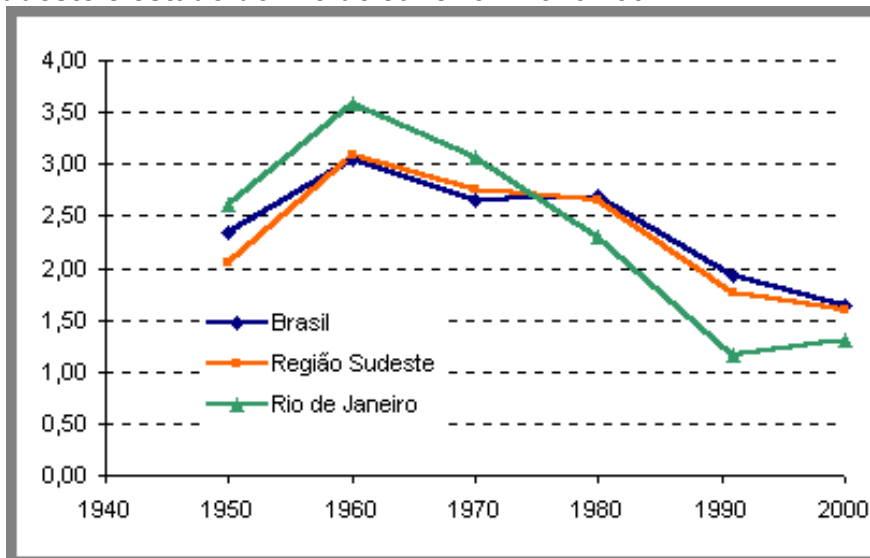
De acordo com Lessa:

Em 1940 a área que nos anos 70 viria a se tornar a RMRJ¹⁹, com 19 municípios, tinha 2.231 mil habitantes. Nesta época, no Distrito Federal viviam aproximadamente 80% da população metropolitana. Em 1970, a RMRJ já havia passado a 6.891 mil, tendo cerca de 60% deles residentes no município do Rio. A taxa de crescimento demográfico dos demais municípios da RMRJ superava em muito o crescimento do Rio de Janeiro e de Niterói. Neste ano, dos 373 mil nascidos fora da RMRJ, 202 mil eram naturais do estado do Rio de Janeiro. Trocando em miúdos: na segunda metade do século XX, a população dos demais municípios da RMRJ cresceu explosivamente, e os moradores do interior fluminense tenderam a se deslocar para a RMRJ. (2002, p. 372)

O gráfico a seguir revela as taxas de crescimento relativas ao estado do Rio de Janeiro, comparando-as com as da Região Sudeste e do Brasil. Percebe-se a intensa queda de dinamismo demográfico. Até a década de 60 a população fluminense cresceu mais aceleradamente do que a brasileira, no entanto, a partir desta década com a intenção do Estado brasileiro de descentralizar a expansão industrial para além do eixo Rio-São Paulo, outros espaços metropolitanos se firmaram como áreas de destino dos contingentes de imigrantes.

¹⁹ A área que hoje compreende a Região Metropolitana do Rio de Janeiro somente veio a ser instituída no ano de 1975 juntamente com a fusão do Estado da Guanabara e o Rio de Janeiro.

Gráfico 3 – Taxa média geométrica de crescimento anual da população Brasil, Região Sudeste e estado do Rio de Janeiro – 1940/2000.



Fonte: Anuário Estatístico do CIDE, 2002.

A distância da periferia em relação à metrópole fez com que a cidade de Nova Iguaçu se firmasse como pólo de atração regional entre os municípios da Baixada Fluminense, uma vez que esta apresentava número significativo de empresas industriais, comerciais e de serviços que atendiam os carentes municípios vizinhos.

Segundo Lessa, com relação ao emprego industrial nos anos 50, a hegemonia industrial estava fixada na periferia da região metropolitana:

Em 1920, do emprego industrial gerado, 37% estava localizado no centro do Rio e 34% nos subúrbios. Nos anos 50, a supremacia industrial já estava localizada na periferia da Região Metropolitana. O emprego da indústria de transformação participava com 26,4% da população economicamente ativa - PEA do Rio e 21% da de Niterói. Nesta data, os municípios da Baixada já concentravam a indústria fluminense. As proporções em Nova Iguaçu (31%); Nilópolis (32%); São Gonçalo (33%); Caxias (41%) e São João de Meriti (43%) superavam o Rio (2002, p. 253).

Em 1965 os estabelecimentos industriais que eram em número de 372 em Nova Iguaçu empregavam um total de 7.763 operários. A maior contribuição (98,9% do valor total da produção) provinha da indústria de transformação que perfazia um total de 361 estabelecimentos. O principal gênero desta indústria era o de química

(33,7%), seguido pelo ramo de produtos alimentares (16,9%), metalúrgica (16,6%) e, finalmente, o setor de material de transportes (10,4%).

No ramo químico, destacava-se a produção de tintas e dinamites para fins industriais que representava 87,2% do valor. No setor metalúrgico, 79,7% do valor relacionavam-se à produção de tubos de aço galvanizado, fios, vergalhões e armações para guarda-chuvas. No setor de material de transporte, a produção de material relativo à produção de caminhões abastecia a Fábrica Nacional de Motores (FNM), bem como a reparação de vagões para a Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) e respondia por 82,0% do total do valor produzido por este segmento. Por fim, o setor de produtos alimentares apresentava melhor desempenho na produção de fubá de milho, farinha de mandioca e óleo de milho.

Entre os grandes estabelecimentos industriais localizados em Nova Iguaçu neste período destacam-se a Bayer do Brasil Indústrias Químicas S.A., Cia Dirce Industrial, Cia. Mercantil e Industrial Ingá, Cia. de Canetas Compactor, Forjas Brasileiras S.A., Indústrias Granfino S.A., Duque-Industrial e Comercial S.A., BRASFERRO – Laminação Brasileira de Ferro S.A., Indústria de pneumáticos Firestone S.A., S.A. Marvin (parafusos e pregos), Rupturista S.A. (Explosivos), USIMECA – Usina Mecânica Carioca S.A., Fábrica de Tecidos Cachambi e Fábrica de cigarros Souza Cruz.

De acordo com Batista (2001), o impulso à industrialização e à metropolização brasileira, em particular à fluminense, veio com a atração de capitais estrangeiros para o setor industrial. O movimento deste capital foi estimulado pelo projeto de desenvolvimento de Getúlio Vargas entre os anos de 1950 e 1954 e pelo Plano de Metas de JK que, nos anos de 1956 a 1960, visava transformar a estrutura

econômica do país através da criação da indústria de base e da reformulação das condições reais de interdependência com o capitalismo mundial (IANNI, 1971, P. 150).

Tavares (1998), afirma que o investimento estatal em estradas, energia, combustíveis líquidos e siderurgia atuou como um investimento complementar ao capital privado estrangeiro que, por sua vez, arrastou o investimento privado nacional. Tais investimentos públicos serviram de apoio sobretudo à expansão automobilística e de material elétrico pesado.

Apesar do bom desempenho da indústria fluminense no período, tal situação não impediu a perda contínua em relação à indústria paulista e à nacional. Tal perda foi sentida em Nova Iguaçu de forma que entre 1959 e 1970 a participação do Valor da Transformação Industrial deste município em relação ao total metropolitano decresceu de 3,2% para 2,7% (FUNDREM, 1977). Os setores que apresentaram maior importância econômica foram o de química (27%), metalurgia (23%) e borracha (15%).

O acelerado processo de urbanização e industrialização experimentado pelo município de Nova Iguaçu bem como os outros municípios da Baixada Fluminense não foi acompanhado pela efetiva ação governamental no que se refere a uma programação de investimentos em equipamentos e serviços urbanos. Da mesma maneira, esse processo fez com que houvesse a diminuição das oportunidades de lazer e recreação nestas localidades.

A Baixada Fluminense, particularmente os municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, teve seu território seguidamente parcelado e ocupado sem qualquer controle social legal ou urbanístico; há também a falta de esgotamento sanitário e de áreas de lazer para a população, a questão da poluição industrial e do extrativismo predatório, dentre outros problemas enfrentados pela região.

2.2.3 INDUSTRIALIZAÇÃO E METROPOLIZAÇÃO NOS ANOS OITENTA: AVANÇOS ECONÔMICOS E AGUDIZAÇÃO DOS PROBLEMAS SOCIAIS.

O período que abrange os anos de 1970 a 1985 foi marcado pela última etapa da industrialização pesada no país. No que concerne ao estado do Rio de Janeiro, marca expressiva queda na participação industrial deste em relação ao contexto nacional, uma vez que o II PND, que desenvolveu a proposta de Brasil potência, tinha como um de seus objetivos evitar o crescimento excessivo e concentrado nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, isto é, conter o movimento migratório em direção aos grandes centros e induzir à descentralização das atividades produtivas industriais visando, dessa forma, um crescimento mais “equilibrado” entre os estados da federação.

Este plano, realizado no governo Geisel, empenhou-se em estabelecer na Região Metropolitana de Belo Horizonte outro pólo metal-mecânico, consolidado na instalação da FIAT, na cidade de Betim. Para o estado do Rio de Janeiro, o II PND reservou, de acordo com Lessa (2000), o papel de pólo das novas indústrias e das atividades tecnológicas de ponta. Isso se refletiu na criação da Nuclebrás; apoio à biotecnologia através do fortalecimento da Fiocruz; instalação, em Jacarepaguá, da Companhia Brasileira de Computadores (Cobra); ampliação da CSN através da instalação de uma nova usina na região de Sepetiba; desenvolvimento da pesquisa e exploração de petróleo na Bacia de Campos; implantação da Valesul, e ainda, no bojo da reforma do ensino superior, consolidou-se na Universidade Federal do Rio de Janeiro a COPPE (Coordenação dos Programas de pós-graduação em engenharia), o maior programa de pós-graduação em Engenharia da América do Sul, sendo as estatais federais foram convidadas a situar seus centros de pesquisa na Cidade Universitária do Rio de Janeiro.

Esse novo papel reservado ao Rio de Janeiro não interrompeu o processo de contínua transferência do aparato burocrático para Brasília. A Região Metropolitana não atraiu indústrias, e sim as perdeu. A modalidade rodoviária deslocou o centro de transportes, que antes era nucleado pelas hidrovias e ferrovias, fazendo com que o papel do Rio de Janeiro fosse reduzido como nó da rede de transportes nacional. O ERJ continuou seu processo de esvaziamento econômico.

Lessa analisa a situação da indústria fluminense nesse contexto:

A Fábrica Nacional de Motores encerrou suas operações; o mesmo fez a Standard Eletric. A indústria de construção naval, desfinanciada, penetrou numa crise setorial que se estende até nossos dias. A indústria têxtil mudou de endereço: a Nova América abandonou Del Castilho. Algumas importantes iniciativas do projeto Brasil potência foram posteriormente desmanteladas. Acabou-se a indústria de computadores: a Cobra fechou as portas. Foi desativado o programa da Nuclebrás. A generosidade federal com os programas de ciência e tecnologia se converteu, nas décadas subseqüentes, num sufoco humilhante. Ao mesmo tempo prosseguiu a transposição de funções sediadas no Rio para Brasília. O Rio, considerada capital turística do país, assistiu inerte à transferência da Embratur para Brasília. A representação política do Rio foi incapaz de impedir esta violência (2002, p. 350).

A despeito da acentuada crise econômica no ERJ, a população em idade ativa ocupada apresentou, segundo Ribeiro (1995), crescimento relativo de 7,5%, passando de 47,9%, em 1981, para 51,5%, em 1990. De acordo com o autor, Nova Iguaçu foi a única região onde, além de ter havido crescimento das pessoas ocupadas nos setores de comércio e prestação de serviços, houve também incremento significativo na indústria de transformação.

TABELA 7- Dados gerais das atividades industriais do município de Nova Iguaçu, segundo gêneros da indústria.

Município e gêneros da indústria	Nº de estabelecimentos:			Pessoal Ocupado					
	1970	1980	1985*	1970		1980		1985*	
				A**	B***	A	B	A	B
Total	565	807	619	9.369	7.924	18.716	14.557	12.657	12.699
Extração de Minerais	26	24	-	197	137	211	122	-	-
Produtos de Minerais não-metálicos	58	79	-	1.053	896	1.652	1.293	-	-
Metalúrgica	54	91	91	2.159	1.911	2.269	1.928	3.449	2.823
Mecânica	10	38	28	296	258	2.073	1.806	1.166	752
Material elétrico e de comunicação	4	6	-	14	8	109	92	-	-
Material de transporte	12	18	16	495	446	1.772	1.571	741	536
Madeira	18	12	-	350	306	135	81	-	-
Mobiliário	31	62	-	311	235	1.038	702	-	-
Papel e papelão	4	5	-	292	256	673	570	-	-
Borracha	5	8	-	310	274	508	439	-	-
Couro, peles e prod. Similares	1	2	-	(X)	(X)	(X)	(X)	-	-
Química	15	22	29	1.203	1.067	2.065	1.484	1.650	1.422
Perfumaria, sabões, velas	7	9	-	380	284	215	161	-	-
Produtos de matérias plásticas	2	6	-	(X)	(X)	145	125	-	-
Têxtil	2	4	-	(X)	(X)	77	61	-	-
Vestuário, calçados e artigos de Tecido	16	43	-	222	187	1.439	1.222	-	-
Produtos alimentares	248	300	166	1.376	1.131	2.624	1.695	2.140	1.371
Bebidas	14	11	-	188	111	438	212	-	-
Fumo	1	3	-	(X)	(X)	(X)	(X)	-	-
Editorial e gráfica	21	32	-	70	37	163	77	-	-
Diversas	16	24	-	384	329	541	477	-	-
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	-	1	-	-	-	(X)	(X)	-	-

Unidades auxiliares de apoio (Utilidades) e de serviços de natureza Industrial	-	7	-	-	-	175	108	-	-
Demais Gêneros			289	-	-	-	-	7.511	5.795

*O Censo Industrial de 1985 foi realizado somente com base em variáveis selecionadas.

** Total de empregados.

*** Ligados à produção.

Fonte: Censos Industriais de 1970, 1980 e 1985, IBGE.

(X) Dados não revelados para não comprometimento da fonte entrevistada.

A tabela 7 mostra que o auge do setor industrial no município de Nova Iguaçu ocorreu na década de 70, com o emprego de aproximadamente 19.000 trabalhadores. No período houve um crescimento de 50% no que concerne ao número de estabelecimentos e de 87% quanto ao pessoal ocupado. As indústrias de gêneros alimentares e metalúrgicas foram as que mais empregaram mão-de-obra na economia iguaçuana, mantendo-se estável durante o período de crise; seguidos da indústria mecânica, vestuário e minerais não-metálicos.

A indústria química, embora não se destaque pelo número de estabelecimentos industriais, nem como absorvedor de mão-de-obra como os anteriores, garante expressivo Valor de Transformação Industrial para o município.

O processo de localização das empresas, tanto estatais, quanto privadas, atraiu empresas menores, prestadoras de serviços, fabricantes de matérias-primas e, por conseguinte, a mão-de-obra foi parcialmente recrutada no local (Furlanetto ET AL, 1987).

Dentre as transformações experimentadas pelo mercado de trabalho na década destacam-se o aumento da participação feminina na força de trabalho, a terceirização deste mercado, o aumento da informalização e a redução da renda das pessoas ocupadas, entre outras.

Houve em decorrência dessas transformações um significativo aumento das pessoas que declaram trabalhar por conta-própria: em 1981 esse total perfazia

19,4% da população iguaçuana, passando para 22,4% em 1990 (variação de 15,5%). Nos outros municípios da Baixada essa variação foi de 18,1%. Esse fato, juntamente com o número de empregados sem carteira assinada, 20,0% em 1990, revela o aprofundamento do processo de terceirização bem como a informalização do mercado de trabalho no município de Nova Iguaçu.

O reflexo na informalização do mercado de trabalho iguaçuano pôde ser observado na redução da contribuição previdenciária do município: em 1981, 64,1% dos munícipes contribuía com a previdência; esse número apresentou uma queda de 6,7%, passando a 59,8% da população em 1990. Isto significa que mais de 1/3 da população não teve acesso aos benefícios da cobertura previdenciária.

Esta deterioração das relações de trabalho refletiu-se também na queda da renda do trabalhador no ERJ como um todo, mas, entre os municípios da Região Metropolitana, Nova Iguaçu apresentou queda das mais expressivas. Em 1981, a população ocupada do município recebia em média 2,7 SM, sendo que em 1990 a renda caiu para 1,8 SM (variação de 33,3%). Os demais municípios da Baixada apresentavam em 1990 uma renda média de 2,0 SM.

No que se refere à dinâmica demográfica, a década de 1980 marca o rompimento do histórico crescimento populacional experimentado pela Região Metropolitana (ver gráfico 3). Esta década é marcada pela redução do movimento migratório no país, causando, desta forma, queda na taxa de crescimento.

Segundo Lago:

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a queda do crescimento populacional nos anos 80 resultou, sobretudo da diminuição dos fluxos migratórios em direção à metrópole, que já vinha decrescendo desde a década de 1970. Com efeito, no período 1970-80 a metrópole havia recebido 758 mil migrantes vindos de fora da região, passando a receber apenas 573 mil entre 1980 e 1991, o que representou, portanto, queda de 24% no índice de migração (2000, p. 217)

Nos anos 80, o município de Nova Iguaçu revelou a maior queda nesta taxa de crescimento: havia crescido 4,1% na década de 70 e apenas 1,5% na de 80. Sendo que a Baixada Fluminense (sem Nova Iguaçu) cresceu 1,0% na década de 80.

No que tange à dinâmica de ocupação do solo na região do município, verificou-se uma mudança onde o loteador descapitalizado, que antes predominava na região, dá lugar agora à empresa imobiliária que passa a realizar, além da compra e retalhamento da terra, a construção e a comercialização da moradia, produzindo loteamentos voltados para os setores médios da população com algum acúmulo de capital e capacidade de endividamento (LAGO, 2000).

Furlanetto et alii (1987), apontaram tendências de renovação espacial no município de Nova Iguaçu. Segundo os autores houve, por um lado, uma “heterogeneização da periferia”²⁰, enquanto que, por outro, notou-se a presença de incorporadores atuando nas áreas mais centrais das cidades, ou seja, justamente naquelas dotadas de infra-estrutura.

No que concerne à renda, na década de 80 a população experimentou significativas variações nos seus níveis de renda quando acentuou-se a desigualdade da distribuição desses rendimentos (os pobres ficaram mais pobres e os ricos mais ricos).

Nesse período a pobreza revelou-se com maior intensidade ainda um nítido problema metropolitano, e sendo o Rio de Janeiro o estado com um dos níveis mais altos de urbanização do país, o empobrecimento e a desigualdade foram mais dramáticos que a média nacional. A proporção entre pobres e indigentes foi a que

²⁰ De acordo com os autores, tal processo se deu devido ao crescimento em larga escala de áreas industriais, comerciais e de serviços que geraram empregos e, conseqüentemente, áreas residenciais diferenciadas que abrigam populações de diferentes estratos de renda.

mais cresceu entre as regiões metropolitanas, tanto que no final da década, 3,2 milhões de pessoas viviam em situação de pobreza ou de miséria (RIBEIRO, 1995).

Segundo os dados da PNAD de 1990, a população do município de Nova Iguaçu apropriava-se de 5% do total da renda das famílias do ERJ, enquanto que os municípios de Nilópolis, Duque de Caxias e São João de Meriti apropriavam-se de 5,1%²¹. A média da renda familiar que era em 1981 igual a 1,3 salários mínimo, caiu para 1,0 em 1990, uma variação de 22,7%. Nos demais municípios da Baixada essa variação foi de apenas 12,7%.

Nesse período cresceu em Nova Iguaçu a proporção de pessoas que vivem com até 0,5 SM: no início da década a proporção correspondia a 16%, passando para 23,9% da população em 1990 (a média estadual era de 16,6%), um aditamento de 49,4%. Na faixa correspondente entre 0,5 e 2 SM, destaca-se a Baixada Fluminense (desconsiderando-se Nova Iguaçu) com 66,9% de sua população vivendo nesta faixa, enquanto que Nova Iguaçu, possuía 61,8% de sua população vivendo na mesma faixa de rendimento.

Desta análise desprende-se que o município de Nova Iguaçu, juntamente com os outros da Baixada Fluminense formaram um cinturão de pobreza em torno do município do Rio de Janeiro. A desatenção das autoridades quanto a esses fatos refletiu claramente na vida societária da região, levando Nova Iguaçu a ter um de seus distritos, Belford Roxo, classificado como sendo um dos locais mais violentos do mundo. A cidade ficou estigmatizada como local de grupos de extermínio que tanto aterrorizaram a região.

A região da Baixada Fluminense transformou-se, neste período, de acordo com Loureiro (1996), em um aglomerado de mais de três milhões de

²¹ Neste mesmo período, apenas os bairros da zona sul carioca e do município de Niterói apropriavam-se de 31,2% do total dos rendimentos (RIBEIRO, 1995).

habitantes, constituindo um bolsão de alta densidade populacional e baixo padrão de qualidade de vida. Esta região tem cumprido, historicamente, o papel de quintal do núcleo metropolitano e abrigando boa parte força de trabalho que promoveu o desenvolvimento da capital.

3 – ECONOMIA E ESPAÇO NOS ANOS 90.

Neste capítulo, analisaremos a evolução da economia iguaçuana *vis à vis* a da Região Metropolitana do Rio de Janeiro entre os anos de 1990 e 2000, apresentando indicadores que demonstrem sua trajetória e conferindo ênfase às principais transformações observadas na estrutura produtiva local.

A década de 1980 ficou conhecida como sendo a “década perdida”, uma vez que ficou marcada pelo recrudescimento inflacionário, pelo desequilíbrio externo e pelo baixo crescimento da renda nacional. Esta década também é assinalada pela ruptura do padrão de desenvolvimento e, em certa medida, pelo início da modernização da economia brasileira constituída desde os anos de 1930.

Nos anos 1990, as políticas econômicas encampadas pelo governo central conseguiram levar o país a um relativo sucesso no que tange à estabilização monetária; não obstante, elas não conseguiram reconduzi-lo a um período de expansão sustentada, e sim ao agravamento da agenda econômico-social tal como expresso no desemprego, baixo nível de investimento e crescente endividamento externo e interno (SILVA, 2004).

No que tange à economia fluminense, esta demonstrou sinais de recuperação face à crise enfrentada na década de 1980²², auferindo participação relativa no conjunto nacional. Tais sinais passaram a suscitar a idéia de que o estado do Rio de Janeiro estaria passando por uma inflexão positiva em sua trajetória de perdas de participação do PIB nacional (NATAL, 2002; PENALVA SANTOS, 2003; SILVA, 2004).

Esta inflexão seria resultado de investimentos de grande porte no estado, seja no setor público com a instalação das sedes das agências reguladoras dos

²² O Rio de Janeiro tinha uma participação no PIB nacional da ordem de 16,1% em 1970, caindo para 11,5% em 1990. Nas mesmas décadas São Paulo contraiu sua posição de 39,4% para 33%. (LESSA, 2000).

serviços públicos privatizados, seja no setor privado com aportes de capital feito pelas concessionárias que passaram a explorar rodovias, pela construção do parque gráfico de O Globo, pela instalação da Peugeot-Citröen e da Volkswagen (em Resende), da Guardian (em Porto Real), além da distribuição dos royalties do petróleo e dos investimentos realizados nos setores da extrativa mineral e de telecomunicações (NATAL, 2003).

De acordo com NATAL:

[...] parece razoável afirmar que houve a partir de meados dos anos noventa recentes certa inflexão econômica sustentada, embora não expressiva em termos de taxas de crescimento do PIB em relação à degradação do período imediatamente precedente (op. cit., p. 7).

Nas palavras de Silva:

É possível dimensionar melhor observando as taxas de expansão da renda regional em seus diversos setores. Entre 1993 e 2000, a expansão acumulada do PIB fluminense foi da ordem de 31%, enquanto na economia nacional essa taxa girou em torno dos 23%. Se considerarmos apenas a segunda metade da década, a expansão da renda fluminense atingiu os 21,4%, ao passo que a nacional, 11,7% (2005, p.3).

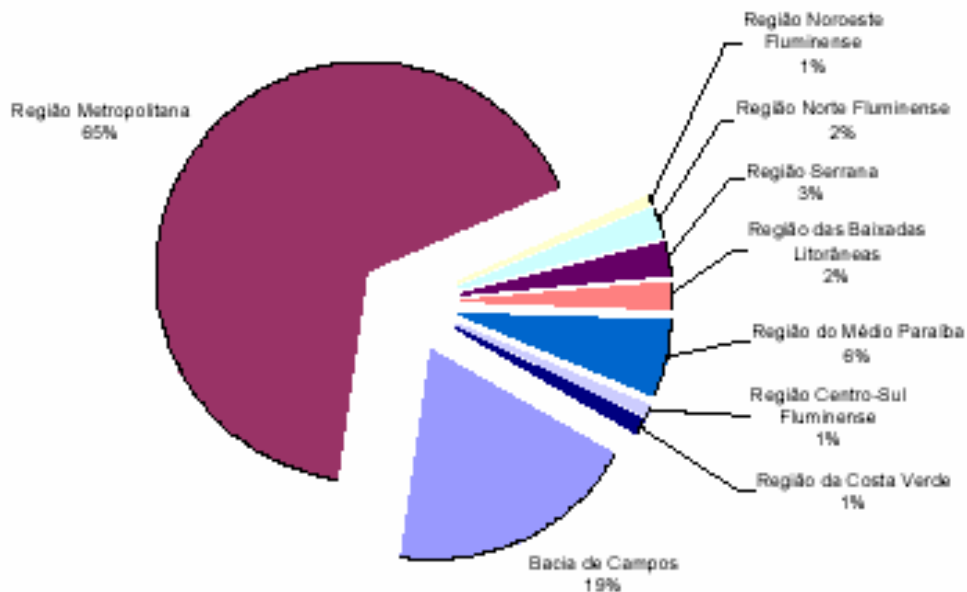
Neste capítulo da dissertação será evidenciado o que poderíamos chamar de uma passagem da economia iguaçuana de uma economia industrial para uma economia de serviços. Além disto, analisaremos o impacto da Constituição Federal na questão do “fatiamento” territorial do município e, por último, faremos considerações acerca das condições de vida e políticas públicas na Nova Iguaçu de hoje.

3.1 DA INDÚSTRIA AO TERCIÁRIO.

O período em destaque foi rico em mudanças na estrutura produtiva local do município em tela pois, entre 1990 e 2001, Nova Iguaçu perdeu quatro importantes distritos, que se emanciparam. A perda desses distritos representou para o município um decréscimo em sua área total, como também um grande revés em sua arrecadação uma vez que entre aqueles recém-criados, se destacam áreas como o distrito-industrial de Queimados e Belford Roxo - este último tem localizada em sua extensão uma das maiores empresas farmacêuticas do país, a Bayer. Tais fatos serão melhores explicitados no subitem 3.2.2.

À luz da inflexão econômica apresentada, vale ressaltar o desempenho da economia iguaçuana *vis à vis* a economia de seus vizinhos imediatos, ou seja, os municípios da Região Metropolitana. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro concentra a maior parte da produção do PIB estadual, 65% (Gráfico 4); deste total, a capital responde por cerca de 51%, e os demais 14% nos municípios restantes.

Gráfico 4 - Participação das regiões no PIB 2001 com a capital e a plataforma continental.



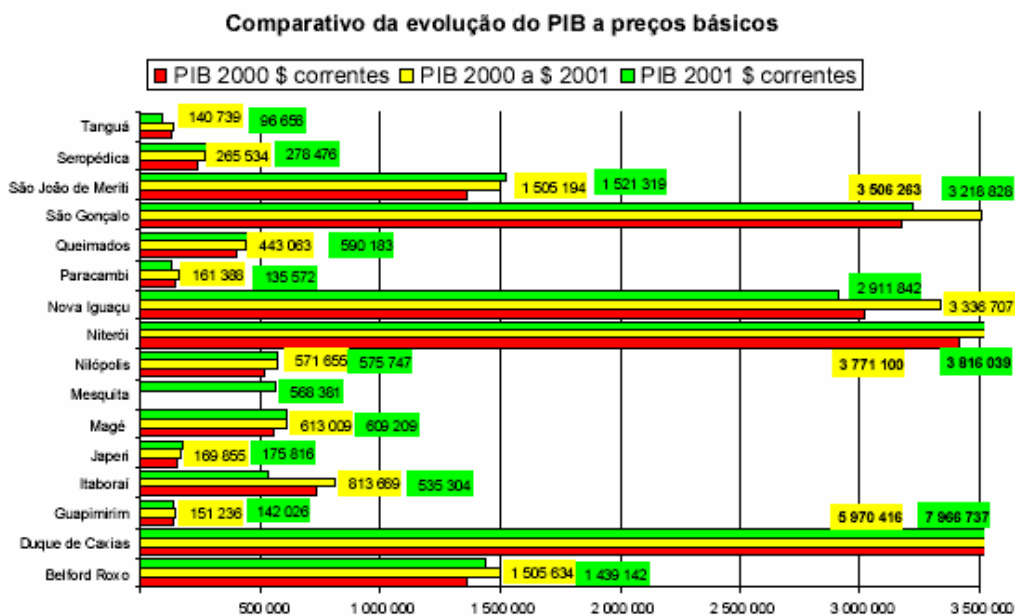
Fonte: TCE/RJ, 2003.

Dos 13 municípios com PIB acima de R\$ 1 bilhão de reais em 2001, sete pertencem à Região Metropolitana e entre esses sete, quatro deles são municípios da Baixada Fluminense (Belford Roxo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti). Nova Iguaçu representa 2,8% do PIB da Região Metropolitana, incluída a capital, e 11,8% se desconsiderarmos a mesma (TCE, 2003).

Dos municípios que tiveram o PIB entre R\$ 500 milhões e R\$ 1 Bilhão, três pertencem à Baixada Fluminense, são eles: Mesquita Nilópolis e Queimados.

No gráfico abaixo, pode-se verificar o desempenho do PIB de alguns municípios selecionados.

Gráfico 5 - PIB dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.



Fonte: TCE/RJ, 2003.

Nova Iguaçu destacou-se nesse período nos setores relativos à extração de minerais, indústria de transformação, comércio atacadista, comércio varejista, construção civil, serviços industriais de utilidade pública, transportes, comunicações, instituições financeiras, aluguéis, ou seja, o município passa a se destacar, principalmente, como um grande centro de serviços da Baixada Fluminense.

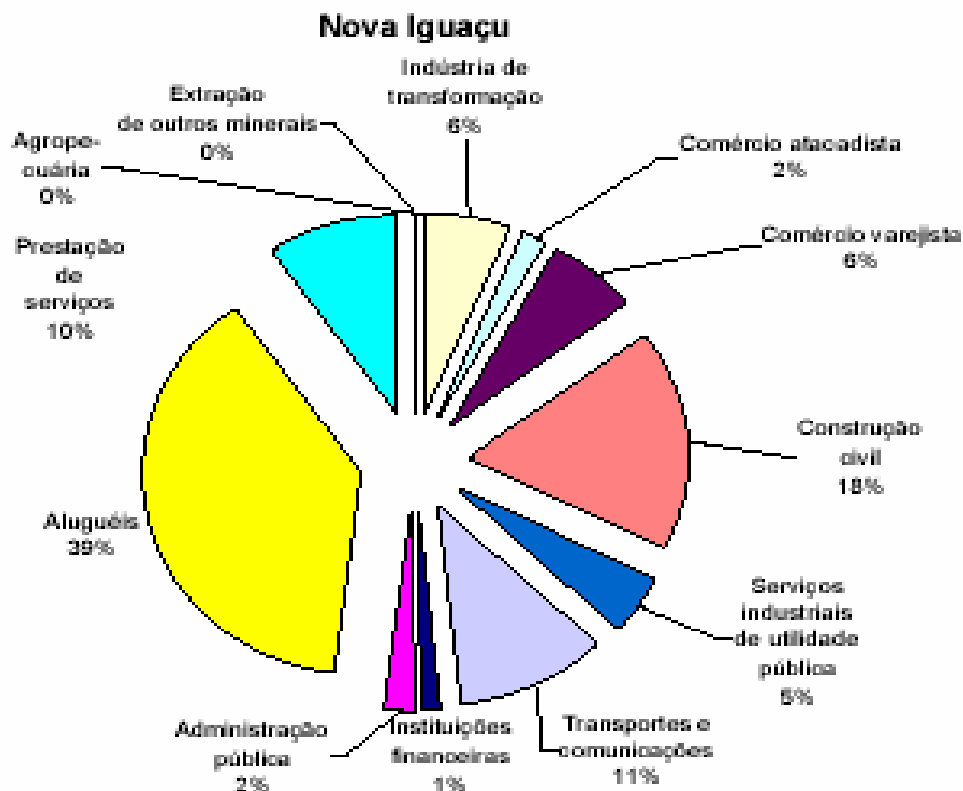
A localização industrial no âmbito da Região Metropolitana neste período deu-se principalmente nos municípios de Duque de Caxias, com 14,66% de participação no PIB industrial do estado do Rio de Janeiro em 1999, e Belford Roxo, com uma participação de 1,88%. Nova Iguaçu participou com 1,38% dessa produção (Centro de Informações e dados do rio de Janeiro, 2001).

Com relação à mudança das características industriais do município em evidência é relevante salientar que as transformações econômicas ocorridas no país a partir dos anos 80 traduziram-se, segundo Penalva Santos (2003), em novas territorialidades, entre as quais a importância estratégica das cidades médias na rede urbana brasileira.

O argumento que embasa tal perspectiva na visão da autora é a evidência empírica de que as atividades industriais são atraídas por localizações que possam internalizar as economias de aglomeração que se reproduzem nos espaços metropolitanos (PENALVA SANTOS, P. 42).

A partir dos anos 80, a emergência das chamadas “economias de serviço” tornaram-se a principal fonte geradora de empregos com detrimento das atividades industriais. Segundo Penalva Santos, associam-se dois movimentos aparentemente antagônicos: tendência à consolidação das áreas metropolitanas, transformadas em verdadeiras “economias de serviços” e tendência, em sentido inverso, à desconcentração das atividades industriais, beneficiando, principalmente as cidades de porte médio não-metropolitanas .

Gráfico 6 – composição do PIB de Nova Iguaçu – 2000.



Fonte: TCE/RJ, 2003.

O gráfico acima nos permite concluir que a maior parte do PIB do município advém dos aluguéis, seguido pelo setor de transportes e comunicações juntamente com o setor de prestação de serviços.

A própria municipalidade adotou como estratégia, face às emancipações decorridas, reforçar o fato de Nova Iguaçu ser um local onde grande parte da população da Baixada Fluminense recorre ao seu comércio. Tal tática foi abordada no Plano Estratégico²³ da Cidade de Nova Iguaçu (2000) como saída para as perdas econômicas decorrentes das recentes fragmentações.

²³ O Plano Estratégico da Cidade de Nova Iguaçu teve suas estratégias divididas em cores, a saber: estratégia verde, estratégia amarela e estratégia azul; cada qual com seus objetivos e projetos propostos pela comissão que elaborou o plano.

O relatório de projetos do Plano Estratégico da cidade de Nova Iguaçu (estratégia amarela) adotou como referências regionais para sua elaboração, o comércio e os serviços da cidade, principalmente na questão da oferta diversificada destes. O objetivo número 1 do Plano Estratégico foi o de transformar Nova Iguaçu em capital comercial da Baixada, de forma *“a reforçar o papel histórico de pólo comercial e de serviços, valorizando essas atividades para aumentar, ainda mais, sua capacidade de geração de emprego e renda, e qualificar esse reforço para um melhor atendimento ao mercado consumidor da região”* (INOVA, 2000, PAG. 7), p. 7).

Tabela 8 - Estabelecimentos Comerciais e de serviços, segundo as regiões de governo e municípios. Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro 1997/1999.

Regiões de governo e municípios	Estabelecimentos					
	Comércio			Serviços		
	1997	1998	1999	1997	1998	1999
Estado	71.241	72.621	74.313	89.439	92.618	95.508
Região Metropolitana	51.252	51.766	52.563	72.830	75.158	77.148
Rio de Janeiro	34.240	34.462	34.692	58.672	60.456	61.614
Belford Roxo	576	540	688	324	319	354
Duque de Caxias	2.445	2.543	2.652	1.731	1.867	1.980
Guapimirim	131	131	125	63	79	94
Itaboraí	559	516	547	311	325	343
Itaguaí	445	401	418	312	280	303
Japeri	75	82	93	45	39	40
Magé	599	636	648	306	312	330
Mangaratiba	86	91	93	141	136	158
Maricá	307	324	349	219	237	246
Nilópolis	550	564	587	422	441	466
Niterói	3.819	3.799	3.916	5.367	5.484	5.766
Nova Iguaçu	2.651	2.683	2.746	1.934	1.978	2.082
Paracambi	164	157	159	105	108	101
Queimados	227	225	244	120	132	153
São Gonçalo	2.757	2.797	2.845	1863	1.957	2.047
São João de Meriti	1.621	1.587	1.610	895	931	990
Seropédica	-	70	76	-	53	51
Tanguá	-	58	75	-	24	30

Fonte: Ministério do Trabalho, Relação anual de Informações Sociais RAIS.

A tabela 8 nos dá uma visão mais ampla da importância do setor de comércio e de serviços para a cidade em questão, principalmente, se comparada

aos demais municípios da Baixada Fluminense. Duque de Caxias é o município que mais se aproxima em números de estabelecimentos comerciais e de serviços de Nova Iguaçu, levando-se em consideração que a interação comercial de Nova Iguaçu é maior com os municípios de Belford Roxo, São João de Meriti, Mesquita e Queimados e tal município não “concorre” diretamente com os consumidores do município em questão.

Em 2004, o Instituto Fecomércio-RJ, em parceria com o Sindicato Varejista de Nova Iguaçu (Sincovani) e a Prefeitura do município, coordenaram um mapeamento no centro comercial da cidade que constatou que as principais atividades realizadas na região são: advocacia, odontologia, lanchonetes, salões de beleza, e vestuário. Outra comprovação foi a de que a maioria dos estabelecimentos situados na área possui de dois e quatro empregados (69,88%). A mesma pesquisa revelou que 58,82% dos estabelecimentos estão na região há mais de dez anos.

O fomento da atividade industrial ficou em segundo plano, uma vez que esta já não representava participação predominante na economia local. Cabe ressaltar que as atividades industriais que passariam a ser fomentadas a partir desse plano seriam aquelas não-poluidoras, aproveitando a situação do município abrigar aproximadamente 10% do ramo industrial referente à fabricação de cosméticos.

A tabela abaixo mostra o número de estabelecimentos industriais por classe. Verifica-se que em relação à indústria extrativa mineral e à indústria de transformação, Nova Iguaçu apresentou redução no número de estabelecimentos no período analisado, só havendo aumento no setor de construção civil (22,65%).

Tabela 9 - Estabelecimentos Industriais por classes, segundo as regiões de governo e municípios – Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro.

Regiões de governo e Municípios.	Estabelecimentos Industriais, por classes.											
	Extrativa Mineral			Indústria de Transformação			Serviços Industriais de Utilidade Pública			Construção Civil		
	1997	1998	1999	1997	1998	1999	1997	1998	1999	1997	1998	1999
Estado	538	550	561	16.055	15.815	15.660	318	324	328	6.302	6.375	6.834
Região Metropolitana	243	237	239	11.292	10.984	10.711	198	195	190	4.065	4.184	4.470
Rio de Janeiro	107	107	100	7.454	7.226	7.019	144	146	139	3.023	3.049	3.265
Belford Roxo	-	1	1	148	143	144	1	2	2	32	39	49
Duque de Caxias	7	5	5	864	873	866	11	9	9	153	176	178
Guapimirim	-	1	2	36	41	42	1	-	-	12	8	7
Itaboraí	13	12	14	169	158	149	2	1	1	34	41	47
Itaguaí	65	39	30	76	63	53	1	1	1	44	42	40
Japeri	5	4	2	4	8	9	-	-	-	9	7	9
Magé	9	5	5	139	138	138	1	1	1	44	42	47
Mangaratiba	1	1	2	7	4	4	2	1	1	9	10	9
Maricá	5	4	5	55	55	51	1	1	1	25	27	21
Nilópolis	-	1	-	132	117	117	5	2	2	25	30	36
Niterói	8	6	7	505	475	473	11	12	16	303	285	342
Nova Iguaçu	5	7	6	555	516	507	6	6	4	128	152	157
Paracambi	3	2	2	31	27	31	1	1	2	6	4	3
Queimados	8	5	7	26	39	39	1	2	2	7	12	11
São Gonçalo	7	8	8	650	639	628	8	5	4	141	159	158
São João de Meriti	-	25	38	-	17	17	-	-	-	-	15	17
Seropédica	-	25	38	-	17	17	-	-	-	-	15	17
Tanguá	-	3	3	-	15	17	-	1	1	-	5	5

Fonte: Ministério do Trabalho, Relatório anual de Informações Sociais RAIS.

A estratégia verde do Plano Estratégico priorizou os projetos de qualificação do espaço urbano e de integração intra e intermunicipal, de forma que fosse alcançada melhor mobilidade interna e ampliação da ligação da cidade com os

municípios vizinhos. Novamente como objetivo primordial dessa estratégia aparece a questão da criação de novas centralidades no âmbito do município.

O principal projeto desta estratégia foi a criação de um centro metropolitano de negócios objetivando o desenvolvimento de um bairro planejado próximo ao Aeroclube da cidade, *“utilizando modernas tecnologias urbanas, abrangendo habitação, comércio, serviços, escritórios e lazer”* (INOVA, 2000 p. 11).

Como se vê, a administração local buscou reforçar, no período analisado, a centralidade de Nova Iguaçu frente aos seus vizinhos imediatos no que tange ao setor de comércio e de serviços.

3.2 A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E O TERRITÓRIO.

A Carta Constitucional promulgada no ano de 1988 caracterizou-se por vários aspectos, dentre eles serão destacados no item que segue aqueles relativos à questão do território, uma vez que romperam um ciclo de centralização do poder na esfera federal.

Dentre tais aspectos destaca-se a questão de ser dada aos estados e ao Distrito Federal a competência para legislar concorrentemente à legislação federal, cabendo aos municípios apenas “suplementar” as lacunas das legislações federal e estadual.

No que tange à inovação em relação à emancipação dos municípios no país, tal Constituição transferiu para os Legislativos Estaduais a competência para que estes estabeleçam os parâmetros desses processos, segundo Noronha (op. cit.), tal medida fortaleceu a autonomia dos estados, o que permitiu uma maior observância na questão das diferenças regionais, uma vez que antes da Constituição de 1988, os parâmetros eram os mesmos para a criação de

municípios em estados tão diferentes como Acre e São Paulo. Sendo assim o subitem que segue apresenta as implicações diretas das questões relativas ao processo de emancipação no município de Nova Iguaçu.

3.2.1 IMPLICAÇÕES FRAGMENTADORAS.

O processo de divisão político-administrativa do território mostra-se secular uma vez que remonta ao Brasil colonial. A formação dos municípios no Brasil está indissolúvelmente ligada por laços culturais e políticos ao modelo português que, por sua vez, teve influência do modelo romano, segundo Veríssimo et alii:

A cidade romana, com seu território ordenado e suas instituições, contribuiu para conformar as populações conquistadas à romanização. Seu modelo provincial, construído segundo um traçado regular e simultaneamente flexível, dava suporte a esquemas ágeis de circulação de público e mercadorias, indispensáveis numa economia mercantil de larga escala (2001, p. 21).

Como se vê, foi inspirado no modelo romano que na antiguidade clássica dominou a Península Ibérica, que os portugueses adotaram este modelo, depois repassando para suas colônias, dentre elas, o Brasil.

Este modelo foi 'transplantado' para o Brasil pelas Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas, que regeram o país desde o seu descobrimento até a Independência. Tanto em Portugal quanto no Brasil, os municípios possuíam as mesmas atribuições políticas, administrativas e judiciais. Desta forma estes municípios tinham um Presidente, três vereadores, um procurador, dois Almotacés²⁴, um escrivão, um Juiz de Fora vitalício e dois Juizes comuns eleitos com os vereadores (IBAM, 2003). Desde a sua instalação no país, os municípios

²⁴ Inspetor encarregado da aplicação exata dos pesos e medidas e da taxaço dos gêneros alimentícios.

já buscavam certo grau de autonomia e independência em relação à metrópole, sempre apoiados pela Igreja.

No entanto, foi com o advento da Constituição de 1988 que se inseriu, pela primeira vez na história o município como ente federativo. Pela nova Lei, o município não mais está subordinado a qualquer autoridade seja estadual ou federal na execução de suas atribuições exclusivas.

Quanto às suas receitas, o município brasileiro pós-Constituição de 1988 dispõe de maiores fontes de recursos para a realização de serviços e obras, sendo que dentre as receitas estão as tributárias, as partilhadas, a compensação financeira, a patrimonial, a de serviços, além de outras receitas correntes.

As receitas tributárias constituem os impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana, o IPTU; a transmissão *inter vivos*, a qualquer título por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição; sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos os serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação, definidos em lei complementar. As taxas que os municípios podem arrecadar podem ser em razão do exercício do poder de polícia; pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição. Podem ainda lançar mão de contribuições de melhorias, decorrentes de obras públicas, e de contribuição para custeio do serviço de iluminação pública.

Nas receitas partilhadas, a participação dos municípios é feita de acordo com critérios predeterminados pela Constituição Federal. Na maioria das vezes tais tributos são arrecadados pela União e pelos estados. Em relação à

participação nos impostos arrecadados pelo estado, os municípios têm cotas sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – o ICMS – o repasse é feito nos seguintes moldes: 75% constituem receita do estado e 25% ficam com o município; no Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – o IPVA – 50% constitui receita do estado e os outros 50% ficam com o município onde o veículo foi licenciado. No que tange à União, esta repassa aos municípios parcelas no valor de 50% do produto de arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural. O Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza incide na fonte sobre rendimentos pagos a qualquer título pelo município, suas autarquias e fundações; e no Imposto sobre Produtos Industrializados – o IPI, fica o estado obrigado a transferir para o município um total de 25% dos 10% que recebe da União.

No entanto, a transferência mais expressiva da União para os municípios é feita através do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Este repasse é tido por alguns críticos da emancipação municipal como um dos principais motivos para o grande número de emancipações ocorridas no país depois da Constituição de 1988.

A principal característica deste fundo é que as receitas entram para os cofres municipais a cada dez dias, ou seja, é uma receita contínua; suas cotas são calculadas pelo Tribunal de Contas da União e o Banco do Brasil funciona como agente repassador. A fiscalização fica a cargo do Legislativo Municipal e pelo tribunal de Contas da União e a participação de cada município é determinada através de coeficientes variáveis de acordo com o número de habitantes de cada município. Uma outra característica dessa receita é a de que ela independe de aprovação de planos de aplicação.

A compensação financeira é uma receita de caráter indenizatório pela exploração de recursos naturais nos territórios dos municípios, bem como adjacências e plataforma continental, são também conhecidos como “royalties”.

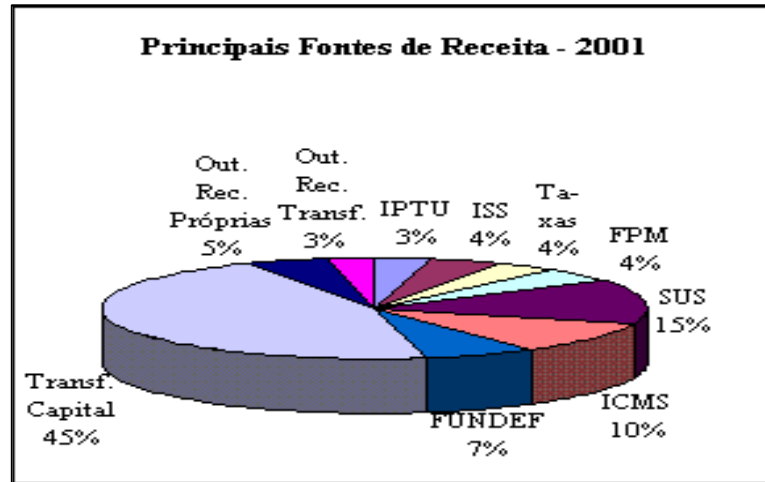
A receita patrimonial dos municípios é constituída de bens móveis e imóveis, que podem, quando explorados economicamente, gerar receitas patrimoniais mobiliárias e imobiliárias.

As receitas provenientes de serviços podem ser cobradas pelo município no caso do transporte coletivo, mercado, feiras, matadouros, cemitérios, etc. Fazem parte das outras receitas correntes as multas e outras penalidades não tributárias, tais como as decorrentes do código de posturas, obras, dentre outros.

Mesmo assim, com tal quantidade de receitas, os municípios brasileiros ainda hoje se vêem extremamente dependentes de repasses da União e na sua grande maioria são incapazes de gerarem riquezas que possam mantê-los sem que fiquem dependentes dos repasses. Até em municípios metropolitanos como Nova Iguaçu, que a princípio teriam boa capacidade de arrecadação, tem em torno de 80% de seus recursos advindos de transferências (IPPUR/FASE, 2003).

Essa dinâmica arrecadatória pode ser melhor evidenciada no gráfico a seguir, onde se confirma o montante da receita que é arrecada no próprio município e o que lhe é repassado por outras instâncias governamentais.

Gráfico 7 – Principais fontes de receitas do município de Nova Iguaçu, 2001.



Fonte: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal – IPPUR/FASE, 2003.

A dinâmica das emancipações municipais nem sempre é determinada pelas receitas que podem vir a se concretizar com a emancipação, ela também é determinada por outros fatores tais como o adensamento populacional sobre o território, as estratégias geopolíticas de manutenção de poder, as recomposições de bases eleitorais, entre outros.

Na história brasileira há períodos de intensa fragmentação territorial e períodos de estabilidade da malha administrativa. Isso depende das tendências políticas predominantes; por exemplo, entre 1964 e 1984 houve pouquíssimas alterações na malha municipal brasileira, pois os governos militares possuíam uma clara política de contraposição a este tipo de movimento, que implicava numa descentralização cada vez maior de poder. A partir de 1985, com o advento da redemocratização do país e com a promulgação da Carta Constitucional de 1988, iniciou-se novo “surto” de emancipações.

Segundo Noronha:

A Constituição Federal de 1988 praticamente não alterou os preceitos para a emancipação, simplesmente transferiu para os Estados a responsabilidade de estipular parâmetros mínimos para a criação de municípios, fato extremamente positivo e benéfico para o fortalecimento das autonomias estaduais e do federalismo (1997, p.56).

O processo emancipacionista implica em rearranjo territorial, pois, a partir deste, surgem novas células de poder local constituídas político e administrativamente. O caso do estado do Rio de Janeiro é particular, já que o número de municípios que em 1980 não passava de 64, alcançou 92 municípios em 2001. Dos novos municípios que surgiram, seis deles foram somente na Região Metropolitana, a saber: Belford Roxo, Queimados, Japeri, Seropédica, Tanguá e Mesquita e metade destes municípios se desmembrou de Nova Iguaçu.

A elevação de um distrito à condição de município implica, como visto antes, na transferência de recursos estaduais e federais, entre eles o Fundo de Participação dos municípios (FPM) e a cota-distribuição do ICMS respectivamente. Há, como se observa, incentivo financeiro para emancipação de um município, e a consequência para o município que teve seu distrito emancipado é a perda relativa de benefícios dos municípios mais populosos.

O estado do Rio de Janeiro acabou adotando parâmetros criteriosos para a emancipação²⁵ como meio de frear o processo. Dentre as características particulares, está a necessidade do novo município ter população maior ou igual a do município menos populoso já existente, além da necessidade de haver limites com mais de um município. O próximo item da dissertação analisa detalhadamente o processo de fragmentação do município de Nova Iguaçu.

²⁵ Artigo 357 A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios far-se-ão por Lei Estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da Lei*

*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23 de 09-08-2001.

3.2.2 O FRACIONAMENTO DO TERRITÓRIO IGUAÇUANO PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988.

O município de Nova Iguaçu foi um dos municípios mais fragmentados do país: em levantamento empírico verificou-se que este perdeu grande parte do seu território original, não obstante ele ainda exercer grande centralidade, constituindo-se numa espécie de “capital da Baixada”. A fragmentação do território deste município é um exemplo emblemático de caso no Brasil, não apenas pelo porte do município (entre os dez mais populosos do país), mas também pelo porte da área emancipada, que, segundo Noronha (1997), soma mais de 500 mil habitantes. Tal fato não encontraria paralelo nos demais municípios do país.

Logo no início dos anos 90, mais precisamente em um período de dois anos, emanciparam-se três distritos de Nova Iguaçu, a saber: Belford Roxo, Queimados e Japeri.

O novo município de Belford Roxo, criado pela Lei Estadual nº 1.640 de 03/04/1990, e instalado em 01/01/1993 é de longe o mais populoso dos três distritos emancipados, com 343.576 habitantes à época, constituindo-se ainda como uma das áreas mais pobres e violentas da periferia metropolitana (NORONHA, 1997). O novo município já nasceu com um diversificado parque industrial, tendo a Bayer do Brasil S.A. como carro-chefe, figurando esta, como umas das principais empresas exportadoras do estado (CIDE, 2005).

Oito meses decorridos de promulgada a Lei que emancipava Belford Roxo de Nova Iguaçu, o distrito de Queimados (Lei Estadual nº 1.773 de 21/12/1990) também se desmembra de Nova Iguaçu, levando junto consigo um

dos maiores distritos industriais do estado, e uma população de 99.859 habitantes. Um dos motivos que levaram Queimados ao processo de emancipação foi a situação precária dos serviços públicos prestados à sua população, além do baixo nível de renda da mesma. Além desta motivação Queimados também tinha claras condições de autonomia, uma vez que já havia no distrito uma base econômica que propiciasse a sustentação do mesmo.

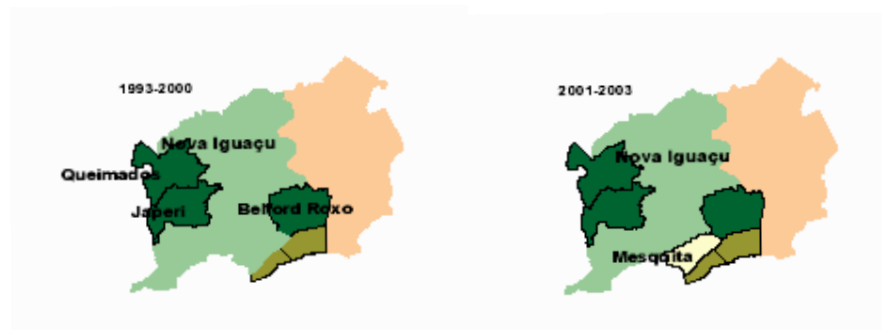
No ano seguinte, no dia 01 de dezembro, é então criado através da Lei Estadual nº 1.902 de 02/12/1991 o município de Japeri, terceiro distrito a ser desmembrado em menos de dois anos. O município à época de sua criação possuía uma população de 65.576 habitantes, sendo um dos mais pobres lugares do estado do Rio de Janeiro. Noronha (1997) identificou nesta localidade motivações políticas para sua emancipação. Tal motivação, de acordo com o autor, consistiu na tentativa de grupos de liderança local formarem uma nova área de poder via a criação de um novo núcleo administrativo.

O último distrito a se emancipar de Nova Iguaçu foi Mesquita, cuja emancipação se deu em 2001. Apesar de ser o último a se desligar politicamente do município sede, Mesquita tem registros de reuniões em prol do desmembramento ainda na década de 1950, no bojo dos movimentos emancipatórios de Nilópolis e São João de Meriti.

Nos anos oitenta, no período de contundentes movimentos sociais em favor da democracia, o distrito volta a realizar uma nova tentativa concreta na forma de realização de um plebiscito, este foi marcado para 06 de setembro de 1987 não conseguiu o quorum exigido por lei. O distrito ainda teve duas tentativas fracassadas por falta de quorum, uma no mês de novembro de 1993 e a outra em novembro de 1995. Dessa forma, as partes interessadas na elevação do distrito à

município travaram uma batalha judicial, sendo ganha após quatro anos de disputa. Nestes termos, Mesquita foi elevada à categoria de cidade no dia 25 de setembro de 1999.

Mapa 5 - Desmembramentos municipais ocorridos em Nova Iguaçu entre 2000 e 2003.



Fonte: Menezes, Dias & Costa, 2003.

De acordo com Noronha (1997), devido à tamanha fragmentação (conforme demonstrado no mapa 5), constatou-se um impacto negativo nas receitas do município em questão, principalmente em relação aos repasses estaduais, que foram reduzidos em função da perda territorial. Com relação ao repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), as alterações foram relativamente pequenas, basicamente em função de alterações ocorridas face a um artifício criado a fim de não alterar significativamente a distribuição das quotas com os resultados do Censo de 1991, o autor explica:

A Lei Complementar nº 74 juntamente com a Resolução nº 7 do Tribunal de Contas da União, estabeleceu que para efeito de cálculo das quotas de FPM seria utilizado o número que fosse maior: ou o de habitantes definido pelo Censo de 1991 ou o das estimativas anteriores. Definiu-se ainda que os municípios que tiveram partes de seu território desmembradas e a serem instaladas como novos municípios em 1993, a quota de FPM seria proporcional à população dos mesmos antes da perda de população havida com as emancipações (Noronha *apud* Bremaeker, 1997, p. 89)

Desta forma, mesmo perdendo em torno de 40% de sua população (523.648 habitantes, exclusive Mesquita), Nova Iguaçu, como dito anteriormente, não teve diminuição significativa em sua cota de participação no FPM. Mais significativas foram as perdas relativas ao ICMS. Com apenas a instalação dos três primeiros distritos emancipados, o Índice de Participação dos Municípios (IPM)²⁶ no ICMS de Nova Iguaçu reduziu-se em 51,4%.

Tendo em vista que os repasses do FPM e do ICMS são as duas principais fontes de recursos da maioria dos municípios brasileiros, a expressiva diminuição deste último foi suficiente por si só para abalar a estrutura financeira de Nova Iguaçu, cabendo ainda ressaltar a modesta diminuição com despesas de pessoal uma vez que parte dos funcionários optou por continuar trabalhando no município sede (op. cit.); além disso, foi verificado que tais emancipações não se converteram em efetivo enxugamento da estrutura administrativa do município em questão.

Na análise de Noronha:

Segundo números da Secretaria de Fazenda de Nova Iguaçu, as despesas de pessoal em 1992 foram equivalentes a US\$ 18,9 milhões e em 1993 a US\$ 15,3 milhões. Esta diminuição de cerca de 19% se deve muito mais ao achatamento salarial conseqüente do processo inflacionário galopante do que a diminuição do quadro de pessoal, estando esta diminuição inferior à diminuição das receitas, que chegou a 26% (op cit, p. 92).

Desta análise, cabe ressaltar que o rearranjo territorial, no caso analisado, se expressou negativamente no que diz respeito às relações com as

²⁶ Na composição do IPM considera-se: I - População: relação percentual entre a população residente no Município e a população total da respectiva Região, medida segundo dados fornecidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; II - Área Geográfica: relação percentual entre a área geográfica do Município e a área total da respectiva Região, informada pela Fundação Centro de informações e Dados do Rio de Janeiro - CIDE; III - Receita Própria: relação percentual entre a receita própria do Município oriunda de tributos de sua competência e a arrecadação do ICMS no Município, baseada em dados relativos ao ano civil imediatamente anterior, fornecidos pelo Tribunal de Contas do Estado; IV - Cota Mínima: parcela a ser distribuída em igual valor para todos os Municípios de uma mesma Região; V - Ajuste Econômico: percentual a ser distribuído entre os Municípios de uma mesma Região, proporcionalmente à soma inversa dos índices de População, Área e Valor Adicionado de cada Município em relação ao total da Região. Cabe ressaltar aqui, que cada estado tem autonomia para estabelecer sua própria regra.

estruturas administrativas das unidades de governo local. Desse ponto de vista, observa-se que Nova Iguaçu ficou com uma estrutura administrativa pretérita, dimensionada para um município que muito se transformou ao longo da década.

Com vistas a tentar frear este processo de fragmentação territorial, a prefeitura de Nova Iguaçu implantou estratégias no sentido de descentralizar a administração, fazendo com que o poder municipal ficasse mais próximo aos anseios dos munícipes e desta forma, o atendimento se realizasse de modo mais eficiente. Segundo Noronha (Op. Cit):

Esse fracionamento pode ser interpretado sob dois pontos de vista. Em primeiro lugar, tornaria mais eficiente a administração, pois cada sub-prefeitura atenderia a um número de habitantes relativamente menor, caso fosse criterioso o processo de subdivisão. Em segundo lugar, se futuramente algum distrito se emancipasse, se desmembraria de Nova Iguaçu uma porção menor de seu território. E ainda, caso se pretendesse emancipar uma área maior, englobando mais de um distrito, o processo seria mais complexo, sendo mais difícil mobilizar moradores de mais de um distrito. (p. 97).

Outra medida visando a limitação do processo emancipatório, em âmbito nacional, foi tomada pelo governo federal quando da aprovação da Emenda Constitucional nº 15 que alterou o artigo 18 da Constituição Federal²⁷.

O novo texto tornou mais difícil a possibilidade de criação de novo municípios, ficando da seguinte forma:

§ 4 A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Município, far-se-ão por Lei estadual, dentro do período determinado por Lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após a divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da Lei. (Constituição Federal, Artigo 18, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 15, de 12-09-1996).

²⁷ Artigo 18º. A organização político-administrativa da República federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

§ A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por Lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em Lei complementar estadual e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

Esta nova redação para o referido parágrafo 4º manteve o preceito de a emancipação ser tratada pela legislação estadual, assim como o fato da dependência de uma consulta prévia diretamente aos envolvidos no processo, porém, a Constituição passou a exigir a vigência de uma Lei Complementar que determinasse um período específico para criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios. Na análise de Noronha:

O fato preocupante da necessidade de uma Lei Complementar Federal é o tempo que pode ser gasto na sua promulgação. Tendo em vista as prioridades da agenda do Congresso, tal lei complementar poderá levar até mesmo décadas para ser elaborada e aprovada, dependendo única e exclusivamente da boa vontade de nossos legisladores (op. cit.).

A Lei Complementar que se refere ao dispositivo não foi promulgada até a presente data, encontrando-se junto à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados aguardando andamento²⁸, confirmando desta forma, a temeridade do autor face à necessidade da promulgação de tal Lei.

No estado do Rio de Janeiro, a quantidade de municípios não passava de 64 na década de 1980, chegando a 92 até o ano de 2001²⁹, sendo que seis desses municípios foram criados na Região Metropolitana do estado, mostrando o que Penalva Santos define como *simultaneidade de um movimento propenso à despolarização espacial, com a emergência de novos centros de porte médio no interior do estado, e de outro, em sentido inverso, de consolidação dos centros urbanos metropolitanos* (PENALVA SANTOS, 2003, p. 108).

A associação de uma legislação restritiva ao processo emancipatório somado às medidas de descentralização tomados pela municipalidade de Nova

²⁸ Existem, atualmente, em tramitação na Assembléia Legislativa, onze Projetos de Lei Complementar - PLC que visam a regulamentação do art. 18 parágrafo 4º da Constituição Federal. São eles: PLC's 130/1996; 90/2003; 6/2003; 227/2001; 138/1996; 21/1999; 151/1997; 41/2003; 78/2003; 286/2005 e 273/2001.

²⁹ Ressaltando que, entre 1997 e 2001 não foi criado nenhum município, sendo que o município de Mesquita, apesar de ter sido instalado em 1999, sua criação se deu em função de um plebiscito realizado em 1995 (antes da promulgação da Emenda Constitucional nº 15 que passou a exigir a vigência de Lei Complementar, determinando período para criação de novos municípios) cujo resultado, contestado judicialmente, só veio ser confirmado por uma decisão judicial em 1999.

Iguaçu fizeram com que tal movimento fosse arrefecido, não havendo nenhuma emancipação no município desde então.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Buscando compreender o processo de constituição do município de Nova Iguaçu, bem como a fragmentação enfrentada por este município ao longo de sua história, foi realizado um esforço, a partir da análise da formação histórica da região, no sentido de identificar as circunstâncias que contribuíram para tal realidade.

Na introdução desta dissertação colocamos a questão da necessidade de ponderar os fatores que levaram à fragmentação territorial do município *vis-à-vis* o seu crescimento econômico. Para tanto, partimos de uma análise geral da inserção histórica do município no contexto da formação da Baixada da Guanabara, mostrando os caminhos trilhados ao longo da dissertação, até se chegar a uma análise mais específica do objeto de pesquisa, qual seja, as fragmentações sofridas pelo município.

O primeiro capítulo buscou traçar o processo histórico da ocupação e da formação da região da Baixada da Guanabara, dando destaque à importância da cana-de-açúcar para esta região, bem como a localização geográfica privilegiada, permitindo funcionar posteriormente como pólo escoador da produção cafeeira, além de grande área produtora de laranjas no contexto nacional. Também foi dado destaque à questão espacial, na medida em que foram apresentadas as primeiras emancipações sofridas pelo município.

No capítulo seguinte foi examinado o período compreendido entre a segunda metade dos anos 1940 até os anos 1980, ressaltando a passagem de uma economia agro-exportadora para uma economia industrial *vis-à-vis* o

processo de industrialização vivenciado pela economia nacional no mesmo período.

No terceiro capítulo foram discutidas, além da passagem de uma economia industrial para uma calcada nos serviços, a questão das demais fragmentações enfrentadas pelo município, bem como as providências tomadas pelo poder público municipal com vistas a tentar frear esse processo.

Feitas essas considerações, concluímos que município de Nova Iguaçu figura hoje, mesmo após as fragmentações descritas nesta dissertação, como um dos quatro maiores municípios do estado do Rio de Janeiro, inserindo-se como pólo de atração de novos investimentos tendo em vista os projetos de infraestrutura encampados pelo governo federal e estadual, como a construção de um anel viário que ligaria todos os municípios da Baixada ao Porto de Sepetiba.

Num contexto de criação de novos pólos de crescimento, estimulados por políticas públicas municipais, estaduais e federais, Nova Iguaçu tem em sua área geográfica um dos maiores pólos de indústrias de cosméticos do país, sendo responsável, atualmente pela produção de 10% do total nacional desse ramo, empresas como: Skafe; Aroma do Campo; Embelleze; Suíssa; Tec Ítaly; Casa Granado; Dermo Hair; Trevo Verde; Vita A, entre outras, tem ou estão em fase de instalação de suas fábricas no município. Outro pólo criado foi o pólo automotivo de Nova Iguaçu e tem o objetivo de transformar o município no maior pólo especializado do país no setor de autopeças até 2008.

Ao mesmo tempo em ocorre tal processo, o município deixa de ser considerado um município-dormitório, tendo, segundo o Instituto Pereira Passos (IPP), a proporção de 18,3% da população trabalhando ou estudando na capital

fluminense, ficando atrás de outros municípios da Baixada, tais como São João de Meriti, Nilópolis e Belford Roxo, como se confirma na tabela seguinte.

Tabela 10 – Pessoas que residem em municípios da Região Metropolitana e trabalham ou estudam no município do Rio de Janeiro, segundo o município em que residem – 2000.

Município de Residência	Pessoas que estudam ou trabalham no Rio de Janeiro (A)	Total de pessoas que estudam ou trabalham (B)	Proporção % de (A) / (B)
São João de Meriti	67 831	253 531	26,8%
Nilópolis	24 229	95 739	25,3%
Belford Roxo	51 403	261 784	19,6%
Nova Iguaçu	103 014	563 511	18,3%
Queimados	13 274	73 055	18,2%
Duque de Caxias	82 001	471 884	17,4%
Niterói	45 991	310 200	14,8%
Japeri	10 459	83 264	12,6%
Magé	15 464	122 865	12,6%
Seropédica	4 685	40 316	11,6%
São Gonçalo	60 960	564 423	10,8%
Itaguaí	4 634	51 701	9,0%
Itaboraí	8 977	115 788	7,8%
Guapimirim	1 620	23 558	6,9%
Maricá	3 317	48 500	6,8%
Paracambi	1 324	23 934	5,5%
Tanguá	594	15 932	3,7%
Mangaratiba	555	16 352	3,4%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas -IBGE, Censo 2000, Amostra, via Banco Multidimensional de Estatísticas.

Não obstante a retomada do crescimento econômico e a permanência da sua relativa centralidade frente aos vizinhos imediatos, Nova Iguaçu ainda hoje sofre com problemas evidenciados desde a sua fundação como município; é nestes termos que se pode constatar nele a existência de altos índices de pessoas portando cólera, leishmaniose e outras doenças passíveis de serem evitadas com cuidados básicos de higiene e que não demandam vultuosos investimentos do poder público.

Outro problema enfrentado pelo município, e que vem desde há muito, é o da violência. O índice de homicídios ainda é altíssimo na Baixada Fluminense como um todo, como pode ser visto na tabela abaixo. Notícias como as de atuações de grupos de extermínio ainda são constantes no cotidiano daquela cidade, vide o último episódio da chacina de 29 pessoas no dia 31 de março de 2005, sendo 16 delas moradoras de Nova Iguaçu (13 eram de Queimados). O número de homicídios entre 1984 e 1996 ultrapassou os 24.000, sendo a média desse período 75 homicídios/100 mil habitantes, enquanto que o padrão da Organização das Nações Unidas (ONU) é de 50 para o mesmo número de moradores.

Tabela 11 – Homicídios na Baixada Fluminense absolutos e por 100 mil habitantes.

ANO	TOTAL DE HOMICÍDIOS	POR 100 MIL HABITANTES
1984	1.224	53,15
1985	1.538	64,89
1986	1.567	65,29
1987	1.779	73,21
1988	1.905	77,44
1989	2.379	95,55
1990	2.367	93,95
1991	1.989	78,02
1992	1.806	69,95
1993	2.040	78,03
1994	1.962	74,13
1995	2.198	82,03
1996	1.881	69,36

Fonte: Souza Alves, 2003.

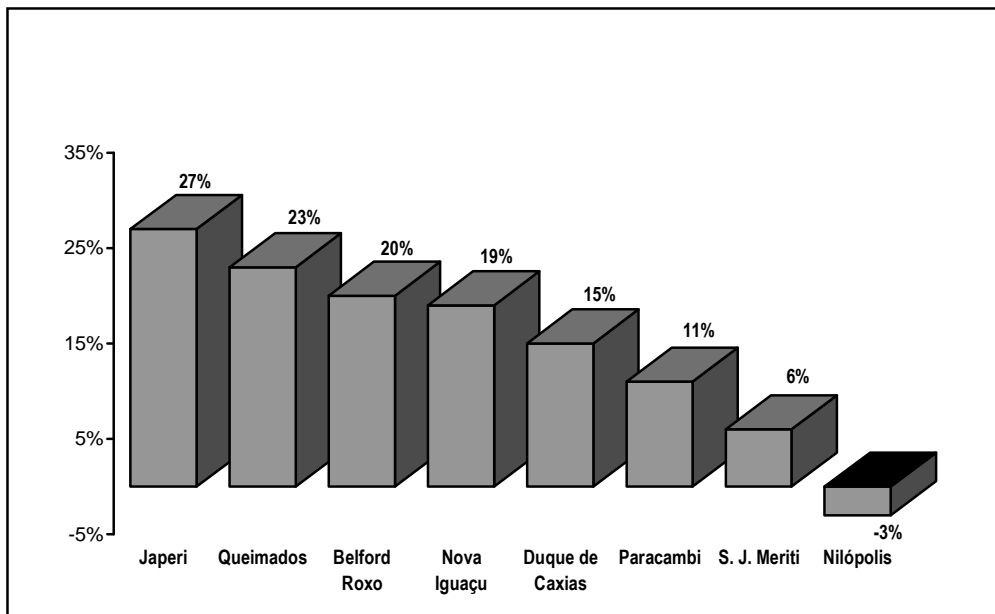
No decorrer desta dissertação buscou-se evidenciar também o processo de formação e crescimento da região de Nova Iguaçu que, no nosso entendimento, não pode ser apreendida ou estudada sem que se leve em consideração a dinâmica dos demais municípios da hoje conhecida Baixada

Fluminense, até porque, tais municípios, em sua maioria, já foram parte integrante do município em questão.

Cumprasse assinalar, ademais, que o município analisado nesta dissertação experimentou um processo acelerado de crescimento econômico, principalmente na última década e que possivelmente este fato resultou em melhorias de indicadores, tais como o de mortalidade até 1 ano de idade, que caiu de 32,9 (por mil crianças nascidas vivas) para 22,7, queda de 31,2% no índice; e a esperança de vida ao nascer subiu de 65,5 para 68 anos na década. A renda per capita média do município cresceu 39,39%, passando de R\$ 170,39 em 1991 para R\$ 237,50 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 23,50%, passando de 32,7% em 1991 para 25,0% em 2000. A desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,50 em 1991 para 0,53 em 2000.

Vale enfatizar que de com censo do IBGE de 2000, Nova Iguaçu foi o município que teve maior nível de crescimento entre os municípios da Baixada Fluminense, de acordo com documento produzido pelo Observatório de Políticas Públicas e Gestão Municipal (2001). Não fosse a emancipação de Mesquita, em 1999, a cidade já teria ultrapassado São Gonçalo em número de habitantes, estabelecendo-se como o segundo maior município do estado do Rio de Janeiro, com aproximadamente 1 milhão de habitantes, com um crescimento demográfico da ordem de 19% (gráfico 7) entre 1991 e 2000.

Gráfico 8 - Crescimento populacional nos municípios na última década Baixada Fluminense - RMRJ, 2000.



Fonte: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal , 2003.

Por fim anote-se que a dissertação buscou, trabalhar a relação da evolução histórico-econômica com a evolução político-administrativa do município em questão, e que, neste processo, houve importante concentração de bens urbanos fornecidos pelo poder público na região central do município em detrimento das demais partes; e que, na medida em que essa prática continua sendo corrente pelo ente municipal, ela continua também olvidando que por sua causa (ou pelo menos em parte por sua causa) muitos municípios buscaram suas emancipações.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio de. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN, 1997. 156p.
- BATISTA, Ivone Lopes. *Dinâmica metropolitana e emprego industrial*. 2001. 104 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- BERNARDES, Lysia. A área metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista de Administração Municipal, Rio de Janeiro*, n 109, p. 50 - 60, nov./dez. 1971.
- CANO, Wilson. *Ensaio sobre a formação econômica e regional do Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002. 148 p.
- _____. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2 ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983, 319 p.
- CASTELLAN, A. A evolução da mancha urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Rio-Urbano – Revista da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, p. 70 –75, mar. 2002.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 590 p. Tradução de: La question urbaine. (Coleção Pensamento Crítico, v. 48).
- DAVIDOVICH, Fany. Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios. *Revista Espaço e Debates*, n. 13, p. 12-29, 1984.
- GUANABARA (Estado). *Área metropolitana da Guanabara. Documento básico*. Secretaria de Economia. Departamento de expansão econômica. Abril, 1969.
- EGLER, Claudio Antonio Gonçalves. *Crise e questão regional no Brasil*. 1993. 233 p. Tese (Doutorado em Economia), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- _____. *Reflexões sobre espaço e periodização: origem da indústria no Rio de Janeiro*. 1979. 138 p. Dissertação de mestrado. Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979.
- FARIA, Vilmar. 50 anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.29, p. 98-119, mar. 1991.
- FVG/CPDOC. *Anos 20: Crise política*. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>>. Acesso em: março de 2004.
- Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2002. CD Rom.

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar e Garamond, 1999, 302 p.

FUNDREM. *Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Informações básicas. Rio de Janeiro, 1977. 203 p.

_____. *Unidades urbanas integradas do oeste*. Plano Diretor – Volume IV – Nova Iguaçu. Rio de Janeiro, 1979. 194 p.

FURLANETTO, Diva Almeida; CRUZ, Jana Maria; ALMEIDA, Roberto Schmidt. Promoção Imobiliária e espaço residencial da classe média na periferia metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.49, n.2, p. 27-56, abr./jun. 1987.

FURTADO, Celso. *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 220 p.

IBAM, *O município no Brasil*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <<http://www.ibam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>> . Acesso em: março de 2005.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971. 316p.

INOVA. *Plano estratégico da cidade de Nova Iguaçu: Relatório de projetos*. Nova Iguaçu: 2000. 20 p.

IPPUR/FASE. Perfil orçamentário dos municípios da Baixada Fluminense. Rio de Janeiro, 2003, 33 p.

KELLER, Elza Coelho de Souza. Crescimento da população do estado do Rio de Janeiro (Comparação entre os recenseamentos de 1920 e 1940). *Revista Brasileira de geografia*, Rio de Janeiro, p.165-169, jan./mar. 1953.

LAGO, Luciana Corrêa do. O que há de novo na clássica núcleo-periferia: a metrópole do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luis Cezar de Queiroz (Org.). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000. 632 p.

LAMEGO, Alberto. R. *O homem e a Guanabara*. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

LAZARONI, Dalva (Coord.). *Devoção e esquecimento: presença do barroco na Baixada Fluminense*. Exposição de 19 de novembro a 16 de dezembro de 2001. Rio de Janeiro: Casa França-Brasil, 2001.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis: Uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro: Record, 2000. 478 p.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *População e estrutura fundiária no Rio de Janeiro: 1568 – 1920*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4º. Anais. Rio de Janeiro, 1984. v.4, p.2221-2237.

LOUREIRO, Vicente. Sub-regiões no território metropolitano. (O caso da Baixada Fluminense). *Revista Brasileira de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, v. 43, n 218, p. 56-62, jan./mar. 1996.

MELO, Hildete Pereira de. A trajetória da industrialização do Rio de Janeiro. In: Freire, Américo; Sarmiento, Carlos Eduardo; Motta, Marly Silva da. (Org.). *Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.p. 219 - 282.

MENEZES, Paulo Marcio Leal de; DIAS, Aline Colli; COSTA, Bruno Fontoura. *Cartografia reversa – Evolução da divisão político-administrativa do estado do Rio de Janeiro*. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 9º, EGAL, Anais: Mérida, México, 2003. 9 p.

NATAL, Jorge Luiz Alves. Recuperação econômica e desenvolvimento regional no estado do Rio de Janeiro – a problemática inflexão econômica pós-1996 e sua suposta ambigüidade espacial. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2003. 21 p.

_____. *'Rede Urbana' e desenvolvimento econômico fluminense: um estudo de caso*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2002. 37 p.

NORONHA, Rudolf. *Emancipação municipal: implicações espaciais da Divisão Político-Administrativa do território Fluminense*. 1997. 132 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

OLIVEIRA, Cláudio de. *Nilópolis*. Texto eletrônico disponível em < <http://www.ipahb.com.br/nilopo.php>> . Acesso em abril de 2004.

OLIVEIRA, Jane Souto de; SALLES, Yedda Botelho . *O federalismo e os interesses regionais: o caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 32p.

PENALVA SANTOS, Ângela Moulin. *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 226p.

PEREIRA, Waldik. *Cana, Café e Laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro. Fundação Getulio Vargas: SEEC, 1977.170p.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Brasiliense, 1999. 102 p.

PRADO, Walter. *História social da baixada Fluminense: das sesmarias a foros de cidade*. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2000. 260 p.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Coord.). *Como anda o Rio de Janeiro: análise da conjuntura social*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR , 1995. 130 p.

SILVA, Robson Dias da. A economia do Rio de Janeiro na década de 90. *Revista de Economia Fluminense*, Rio de Janeiro, 2005.

_____. *Rio de Janeiro: Crescimento, transformações e sua importância para a economia nacional (1930-2000)*. 2004. 180 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. 120 p.

SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. 4 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977, 152 p.

SOARES, Maria Therezinha de Segadas. *Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro*. 1960. 134 p. Tese de livre docência - Faculdade Nacional de Filosofia. Programa da Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1960.

SOUZA ALVES, José Cláudio. *Dos Barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003, 197 p.

TAVARES, Maria da Conceição. *Ciclo e crise; o movimento recente da industrialização brasileira*. Campinas: UNICAMP/IE, 1998. 189 p. (Coleção 30 Anos de Economia – UNICAMP, n. 8).

Rio de Janeiro (Estado). Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. *Estudo socioeconômico 2003 – Nova Iguaçu e Mesquita*. Rio de Janeiro: Secretaria Geral de Planejamento, 2003. 110 p.

TOPALOV, Christian. *La urbanización capitalista, algunos elementos para su análisis*. Mexico: Editorial Edicol Mexico, 1979 (Colección Diseño: ruptura y alternativas).

VERÍSSIMO, F. S.; BITTAR, S. M.; ALVAREZ, J. M. *Vida urbana: a evolução do cotidiano da cidade brasileira*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. 230 p.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)